



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE/ DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
MESTRADO EM ENFERMAGEM

FRANCISCA ALINE AMARAL DA SILVA

**LUTAS SIMBÓLICAS DE DOCENTES E DISCENTES PARA CRIAÇÃO
DE UM CURSO DE ENFERMAGEM**

TERESINA
2018

FRANCISCA ALINE AMARAL DA SILVA

LUTAS SIMBÓLICAS DE DOCENTES E DISCENTES PARA CRIAÇÃO DE UM CURSO DE ENFERMAGEM

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Enfermagem

Orientadora: Prof^a. Dra. Benevina Maria Vilar Teixeira Nunes

Área de concentração: Enfermagem no contexto social brasileiro

Linha de Pesquisa: Políticas e Práticas Sócio-Educativas em Enfermagem

TERESINA
2018

Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde
Serviço de Processamento Técnico

S586l Silva, Francisca Aline Amaral da.
Lutas simbólicas de docentes e discentes para criação de um curso de enfermagem / Francisca Aline Amaral da Silva. -- 2018.
101 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Pós-Graduação em Enfermagem, 2018.
“Orientação : Profa. Dra. Benevina Maria Vilar Teixeira Nunes.”
Bibliografia

1. História da Enfermagem. 2. Escolas de Enfermagem. 3. Educação Superior. 4. Enfermagem. I. Título. II. Teresina – Universidade Federal do Piauí.

CDD 610.73

FRANCISCA ALINE AMARAL DA SILVA

LUTAS SIMBÓLICAS DE DOCENTES E DISCENTES PARA CRIAÇÃO DE UM CURSO DE ENFERMAGEM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí para obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Defesa em: ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Benevina Maria Vilar Teixeira Nunes
Presidente/Orientadora – Universidade Federal do Piauí

Profa. Dra. Girlene Alves da Silva
Programa de Pós-graduação em Enfermagem – Universidade Federal de Juiz de Fora
1ª examinadora - Membro externo

Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro
Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal do Piauí
2ª examinador – Membro interno

Profa. Dra. Ana Maria Ribeiro dos Santos
Suplente – Universidade Federal do Piauí

AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar, à **Deus**, por todo dia me fazer levantar e me permitir ver o quanto Sua Bondade é imensa e me dá forças nos momentos mais difíceis.

À **Universidade Federal do Piauí**, em nome do Magnífico Reitor José Arimateia Dantas Lopes, pela oportunidade de alcançar o tão sonhado título de Mestre. Ao **Departamento de Enfermagem** que me acolheu novamente e assim permitiu um novo aprendizado com os alunos da disciplina de Bioética para Enfermagem.

Ao **Programa de Pós-Graduação em Enfermagem** na pessoa da Coordenadora **Prof. Dra. Maria Eliete Batista Moura** pela dedicação, compromisso e competência.

À **Prof. Dra. Benevina Maria Vilar Teixeira Nunes**, que me acolheu de braços abertos e com toda paciência, carinho e compreensão me ajudou, explicou e ensinou o quão é prazeroso conhecer a História da Enfermagem.

As **Professoras do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem** por seus ensinamentos e cobranças com o intuito de fazer crescer os alunos e o Programa de Pós-Graduação.

Aos membros da banca examinadora **Profa. Dra. Girlene Alves da Silva, Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro e Profa. Dra. Ana Maria Ribeiro dos Santos** pela disponibilidade em participar desse momento e por suas observações tão pertinentes.

Aos funcionários do PPGEnf, **Ruth e Leonardo**, por ajudarem nas dúvidas e com suas orientações e ao sr. **Nilton** que sempre me recebia com um “Bom dia, professora”.

Aos meus pais, **Elisabete e Edilson**, pelo apoio incondicional e por me ensinarem desde cedo que a educação é algo importante e também a maior herança que podemos deixar aos nossos filhos.

Ao meu esposo, **Flávio**, por ter paciência, por ser meu suporte e compreender minha ausência mesmo estando no mesmo espaço físico.

Aos meus filhos, **Aline Maria e Flávio José**, que aproveito também para pedir desculpa por esses dois anos não tão presentes na vida de vocês.

À **Universidade Estadual do Piauí**, por abrir as portas para minha busca por informações.

Aos **colaboradores** do trabalho, por disponibilizarem do seu precioso tempo para conversar comigo.

Aos colegas de sala que aos poucos tornaram-se amigos especiais, em especial **Nayana, Nathalia, Aliny Pedrosa, Priscila e Daniel**, que mesmo distantes fisicamente, formamos uma equipe que que torce e reza uns pelos outros.

À minha amiga querida, **Jurema**, que mesmo de longe me davam força para continuar.

Aos meus **alunos**, por me aturarem mais “descompensada” do que nunca dentro da sala de aula e nos estágios.

À **Coordenação de Enfermagem** do Centro de Ciências da Saúde

E por fim, agradeço ao que torceram “contra” por me permitir mostrar mais uma vez que
EU CONSIGO!

Dedico esse trabalho:

À **Deus**, que me permitiu vencer mais esse obstáculo.

Aos meus pais, **Edilson** e **Elisabete**, que mesmo sem compreender direito porque eu estava fazendo “esse tal de mestrado”, torceram por mim.

À minha irmã e meu cunhado, **Alene** e **Iranilton**, que são sábios e estão “correndo léguas” do mestrado.

Ao meu esposo, **Flávio**, por me compreender e me oferecer seu ombro amigo em todos os momentos, principalmente nos piores.

Aos meus filhos, **Aline Maria** e **Flávio José**, motivos pelo qual levanto todos os dias levanto disposta a enfrentar um leão.

À minha sogra (**Ana**), meu sogro (**Edmilson**) e minha cunhada (**Priscila**) por ajudarem com as crianças nos dias mais corridos.

À minha cunhada, **Emanuela**, e seu esposo, **Moisés**, por todas as palavras de incentivo.

E a todos que acreditaram em mim... mesmo nos momentos que nem eu mesma acreditava.

RESUMO

Introdução: Atualmente, a Universidade Estadual do Piauí oferta quatro cursos de enfermagem, no entanto entre os anos de 1998 a 2003 esse número expandiu-se para nove cursos, que não receberam a devida estrutura para funcionamento, resultando na transferência dos alunos para os *campi* da Universidade mais estruturados. A vinda desses alunos para o *campus* da cidade de Teresina favoreceu a criação do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual do Piauí no ano de 2008. **Objetivos:** descrever os antecedentes históricos da criação dos Cursos de enfermagem do CCS da UESPI, compreender as estratégias de luta para a transferência dos alunos dos municípios-polos para Teresina e seu processo de formação e analisar as lutas simbólicas dos discentes e docentes para a inserção do Curso de Enfermagem no CCS da UESPI. **Método:** Trata-se de uma pesquisa sócio-histórico, com base nos conceitos de poder simbólico, violência simbólica, campo, *habitus* e capital do sociólogo Pierre Bourdieu. A produção dos dados foi embasada na história oral temática segundo Meihy e tiveram duração média de 45 minutos. Foram realizadas dezessete entrevistas com: cinco coordenadores do curso de enfermagem, seis egressos, dois diretores do Centro de Ciências da Saúde e quatro docentes. Os documentos utilizados foram atas de reunião de Conselho de Centro, memorandos, ofícios, leis e decretos que tratavam sobre o curso de enfermagem e fontes iconográficas. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Piauí com o número de parecer 2.139.940. **Resultados:** Foram agrupados em três capítulos: Antecedentes históricos para criação do curso de Enfermagem no Centro de Ciências da Saúde; Estratégias e mobilizações dos docentes para conclusão do curso em Teresina e Lutas simbólicas para inserção da primeira turma de Enfermagem no campus de Teresina da Universidade Estadual do Piauí – 2008 a 2012. Os achados apontam que a Universidade Estadual passou por um processo desordenado de expansão com oferta de Cursos de Bacharelado em Enfermagem em vários municípios de forma desordenada. Desse modo, os discentes e docentes das cidades de Água Branca, Barras e Campo Maior elaboraram estratégias de lutas com intuito da transferência destes para o campus de Teresina. No entanto as condições precárias nas quais o Curso de Enfermagem foi ofertado causaram descontentamento aos alunos que empreenderam novas lutas. Como resultado foi possível o reconhecimento do Curso de Bacharelado em Enfermagem e a oferta de vagas no ano de 2008 para a cidade de Teresina. A partir do ingresso da primeira turma outras estratégias foram elaboradas para a efetiva inserção do curso. **Conclusão:** O Curso de Bacharelado em Enfermagem na cidade de Teresina foi criado em 2008 e lutas simbólicas foram travadas por seus agentes sociais para seu reconhecimento no ambiente acadêmico e na sociedade piauiense, que resultou em ganho de capital pelos integrantes do curso de enfermagem.

Descritores: História da Enfermagem. Escolas de Enfermagem. Educação Superior. Enfermagem.

ABSTRACT

Introduction: Currently, the State University of Piauí offers four nursing courses, however between 1998 and 2003 this number expanded to nine courses, which did not receive the proper structure for functioning, resulting in the transfer of students to the University campuses more structured. The arrival of these students to the campus of the city of Teresina favored the creation of the Bachelor of Nursing Course at the Health Sciences Center of the State University of Piauí in 2008. **Objectives:** to describe the historical background of the creation of the Nursing Courses of the UESPI CCS, to understand the strategies for the transfer of the students from the municipalities-poles to Teresina and its training process and to analyze the symbolic struggles of the students and professors for the insertion of the Nursing Course in the CCS of UESPI. **Method:** This is a socio-historical research, based on the concepts of symbolic power, symbolic violence, field, habitus and capital of sociologist Pierre Bourdieu. The production of the data was based on the thematic oral history according to Meihy and had an average duration of 45 minutes. Seventeen interviews were conducted with: five coordinators of the nursing course, six graduates, two directors of the Health Sciences Center and four teachers. The documents used were meeting minutes of Center Council, memoranda, offices, laws and decrees dealing with the nursing course and iconographic sources. The project was approved by the Ethics and Research Committee of the Federal University of Piauí with the number of opinion 2.139.940. **Results:** The results were grouped into three chapters: Historical antecedents for creation of the Nursing course at the Health Sciences Center; Strategies and mobilizations of teachers for the conclusion of the course in Teresina and symbolic struggles for insertion of the first group of Nursing in the campus of Teresina of the State University of Piauí - 2008 to 2012. The findings indicate that the State University underwent a disorderly process of expansion with Nursing Bachelor's Degree programs in several municipalities in a disorderly way. In this way, the students and teachers of the cities of Água Branca, Barras and Campo Maior elaborated strategies of struggles with the intention of transferring these to the Teresina campus. However, the precarious conditions in which the Nursing Course was offered caused discontent to the students who undertook new struggles. As a result, it was possible to recognize the Bachelor's Degree in Nursing and the offer of vacancies in the year 2008 for the city of Teresina. Since the first class, other strategies have been developed for the effective insertion of the course. **Conclusion:** The Nursing Bachelor's Degree in Teresina was created in 2008 and symbolic struggles were fought by its social agents for recognition in the academic environment and in Piauí society, which resulted in capital gain by members of the nursing course.

Descriptors: History of Nursing. Nursing Schools. College education. Nursing.

RESUMEN

Introducción: En la actualidad, la Universidad Estatal del Piauí ofrece cuatro cursos de enfermería, sin embargo entre los años 1998 a 2003 esa cifra se expandió a nueve cursos, que no recibieron la debida estructura para funcionamiento, resultando en la transferencia de los alumnos a los campus de la Universidad más estructurados. La llegada de estos alumnos al campus de la ciudad de Teresina favoreció la creación del Curso de Bachillerato en Enfermería en el Centro de Ciencias de la Salud de la Universidad Estatal de Piauí en el año 2008. **Objetivos:** describir los antecedentes históricos de la creación de los Cursos de enfermería del CCS de la UESPI, comprender las estrategias de lucha para la transferencia de los alumnos de los municipios polos a Teresina y su proceso de formación y analizar las luchas simbólicas de los discentes y docentes para la inserción del Curso de Enfermería en el CCS de la UESPI. **Método:** Se trata de una investigación socio-histórica, basada en los conceptos de poder simbólico, violencia simbólica, campo, habitus y capital del sociólogo Pierre Bourdieu. La producción de los datos se basó en la historia oral temática según Meihy y tuvieron una duración media de 45 minutos. Se realizaron diecisiete entrevistas con: cinco coordinadores del curso de enfermería, seis egresados, dos directores del Centro de Ciencias de la Salud y cuatro docentes. Los documentos utilizados fueron actas de reunión de Consejo de Centro, memorandos, oficios, leyes y decretos que trataban sobre el curso de enfermería y fuentes iconográficas. El proyecto fue aprobado por el Comité de Ética e Investigación de la Universidad Federal de Piauí con el número de opinión 2.139.940. **Resultados:** Los resultados fueron agrupados en tres capítulos: Antecedentes históricos para la creación del curso de Enfermería en el Centro de Ciencias de la Salud; Estrategias y movilizaciones de los docentes para concluir el curso en Teresina y Lutas simbólicas para inserción de la primera clase de Enfermería en el campus de Teresina de la Universidad Estatal del Piauí - 2008 a 2012. Los hallazgos apuntan que la Universidad Estadual pasó por un proceso desordenado de expansión con de la Universidad de Buenos Aires. De este modo, los discentes y docentes de las ciudades de Agua Blanca, Barras y Campo Maior elaboraron estrategias de lucha con la intención de transferir estos al campus de Teresina. Sin embargo las condiciones precarias en las cuales el Curso de Enfermería fue ofrecido causaron descontento a los alumnos que emprendieron nuevas luchas. Como resultado fue posible el reconocimiento del Curso de Bachillerato en Enfermería y la oferta de vacantes en el año 2008 para la ciudad de Teresina. A partir del ingreso de la primera clase, otras estrategias fueron elaboradas para la efectiva inserción del curso. **Conclusión:** El Curso de Bachillerato en Enfermería en la ciudad de Teresina fue creado en 2008 y luchas simbólicas fueron trabadas por sus agentes sociales para su reconocimiento en el ambiente académico y en la sociedad piauiense, que resultó en ganancia de capital por los integrantes del curso de enfermería.

Descriptor: Historia de la Enfermería. Escuelas de Enfermería. Educación universitaria. Enfermería.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AB	Atenção Básica
ABEN	Associação Brasileira de Enfermagem
ACS	Agente Comunitário de Saúde
BIRD	Banco Mundial – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CA	Centro Acadêmico
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEP/UFPI	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí
CESP	Centro de Ensino Superior
CNE/CES	Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior
COREN	Conselho Regional de Enfermagem
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONSUN	Conselho Superior Universitário
CREDUC	Credito Estudantil
CW	Consenso de Washington
DCN/ENF	Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Enfermagem
DINTER	Doutorado interinstitucional
ESF	Estratégia Saúde da Família
FACIME	Faculdade de Ciências Médicas
FACOE	Faculdade de Odontologia e Enfermagem
FADEP	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUESPI	Fundação Universidade Estadual do Piauí
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC	Plano Político do Curso
PSF	Programa Saúde da Família
PREMEN-SUL	Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde “Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez”
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação e Cultura
SESAPI	Secretaria Estadual de Saúde do Piauí
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TTDA	Termo de Transferência de Direitos Autorais
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPI	Universidade Federal do Piauí

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estrutura Organizacional da UESPI, 2016.....	21
Figura 2	Placa comemorativa à criação da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no estado do Piauí	37
Figura 3	Placa comemorativa à autorização de funcionamento da Universidade Estadual do Piauí	38
Figura 4	Mapa de distribuição e localização dos <i>campi</i> da UESPI.....	42
Figura 5	Placa de inauguração do campus da UESPI na cidade de São Raimundo Nonato – Piauí.....	47
Figura 6	Parecer do Conselho Estadual de Educação do estado do Piauí	55
Figura 7	Resolução do CONSUN autorizando remanejamento dos alunos.....	57
Figura 8	Sede da Faculdade de Ciências Médicas (FACIME)	58
Figura 9	Laboratório de Histologia da FACIME.....	68
Figura 10	Cerimônia de Formatura da primeira turma do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da UESPI.....	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
Objeto de estudo	12
Justificativa do estudo	13
1.1 Objetivos	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	14
2.1 Conceitos embasados em Pierre Bourdieu	14
2.2 Tipo de estudo	16
2.3 Cenário	17
2.4 Critérios de Elegibilidade	21
2.5 Produção de dados	22
2.6 Organização e Análise dos dados	25
2.7 Critérios Éticos	25
3 CIRCUNSTÂNCIAS QUE ENSEJARAM O PROCESSO DE EXPANSÃO DOS CURSOS DE ENFERMAGEM DA UESPI	27
3.1 Nexos entre a política neoliberal e o ensino superior	27
3.2 O Programa Saúde da Família e a abertura de mercado de trabalho para Enfermagem	33
4 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM NO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	36
5 ESTRATÉGIAS E MOBILIZAÇÕES DOS DOCENTES E DISCENTES PARA CONCLUSÃO DO CURSO EM TERESINA	53
6 LUTAS SIMBÓLICAS PARA INSERÇÃO DA PRIMEIRA TURMA DE ENFERMAGEM NO CAMPUS DE TERESINA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI – 2008 A 2012	67
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES	87
ANEXOS	96

1 INTRODUÇÃO

O objeto do presente estudo são as lutas simbólicas para o processo de criação e inserção do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro de Ciências da Saúde (CCS) – *campus* Poeta Torquato Neto da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). O recorte temporal deste estudo compreendeu os anos entre 2002 e 2012, em que o marco inicial refere-se ao período do processo de expansão dos cursos de enfermagem da UESPI nos municípios conveniados e o marco final a diplomação da primeira turma de enfermeiros do CCS em Teresina.

Anteriormente à criação do curso de Enfermagem, a UESPI iniciou um processo de expansão com o objetivo de levar o ensino superior para o interior do Estado baseada na autonomia das Universidades permitida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (UESPI, 2017).

Dessa forma, a UESPI passou a firmar convênios com prefeituras para que fosse oferecido o ensino superior na modalidade multi-pólo, em que cada pólo era sediado em um município e este era organizado em função de atender a demanda de uma microrregião (SOUSA; CARVALHO; ARAÚJO, 2017).

Com essa postura, em 2002, a UESPI era a instituição superior com maior abrangência territorial do Piauí, com a oferta do curso de Enfermagem em nove municípios do Estado. No entanto, a abertura desses cursos ocorreu sem uma estruturação prévia tanto por parte dos municípios, quanto pela UESPI. Em 2004, ocorreu o fechamento de seis pólos de ensino, por decisão do Conselho Superior Universitário da Instituição (CONSUN) que resultou na transferência dos alunos, segundo proximidade com um dos *campi* estruturados distribuídos pelo Estado (ROCHA; NUNES, 2013).

Para que os alunos provenientes dos pólos circunvizinhos à cidade de Teresina concluíssem seu processo de formação, a UESPI direcionou-os à Faculdade de Ciências Médicas (FACIME), que ao final da formação foi necessário o reconhecimento do curso de Enfermagem na FACIME para a diplomação destes discentes (UESPI, 2016).

Assim a formação dos alunos advindos dos municípios para a UESPI em Teresina configurou o cenário para a criação do curso de enfermagem na FACIME e a partir desse momento lutas foram empreendidas pelos coordenadores, professores e discentes para a efetiva inserção do curso de enfermagem no CCS.

O interesse pela temática provém da vivência como professora do Curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI, desde o ano de 2005, tendo assim vivenciado as lutas e mobilizações dos componentes do curso de enfermagem para que este fosse ofertado na capital do Estado. Por figurar esta história identifiquei lacunas no conhecimento sobre os antecedentes do curso, dos atores sociais envolvidos e das lutas travadas no processo de criação e a inserção no espaço social do CCS. Esses aspectos desencadearam o interesse em conhecer e registrar as peculiaridades do processo histórico que envolve o curso de enfermagem, pois é importante que os componentes do grupo docente e discente do curso de enfermagem apoderem-se dessa história.

Deste modo, ao participar do curso de Mestrado em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí, considerei conveniente estudar e buscar os registros e informações acerca do tema que é tão significativo para o resgate e construção da história e identidade do curso de Enfermagem da UESPI, pois embora não tenha sido o primeiro curso de Bacharelado em Enfermagem ofertado pela instituição, seu processo de criação, inserção e estruturação foi peculiar e ao resgatar a história desse curso contribui-se também para a construção da História da Enfermagem no Estado do Piauí fechando as lacunas ainda existentes.

Assim, emergiram as seguintes questões norteadoras: Como ocorreu o processo de transferência dos alunos de enfermagem para os *campi* estruturados da UESPI? De que maneira se deu a inserção do curso de enfermagem no CCS?

1.1 Objetivos

Como estratégia para responder às questões norteadoras foram formulados os objetivos que orientaram a dissertação:

- Descrever os antecedentes históricos da criação dos cursos de enfermagem do CCS da UESPI.
- Compreender as estratégias de luta para a transferência dos alunos dos municípios-polos para Teresina e seu processo de formação.
- Analisar as lutas simbólicas dos discentes e docentes para a inserção do curso de Enfermagem no CCS da UESPI.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1 Conceitos embasados em Pierre Bourdieu

Para ancorar a análise do objeto do estudo faz-se necessário uma aproximação com os conceitos elaborados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu que permite entender a singularidade dos indivíduos e as forças que desencadearam as mobilizações sociais. A compreensão de seus conceitos sobre: o campo, o capital simbólico, *habitus*, as lutas simbólicas e violência simbólica serviram de sustentáculo ao Poder simbólico, que se dá no espaço social de forma invisível e faz-se exercer por meio da cumplicidade entre todos os agentes, dominantes e dominados.

O jogo do poder, ou pelo poder, é compreendido quando se entende que os agentes estão distribuídos nos espaços sociais de modo que suas decisões são determinadas pela inter-relação entre a posição que os mesmos ocupam no campo e o capital (cultural, financeiro, social e intelectual) que possui. Dessa forma, quanto mais acumular capital específico maior será o poder que este agente terá e conseqüentemente maior será sua dominação no campo.

Deste modo, as estratégias empreendidas por discentes e coordenadores para adquirirem e acumularem capital e manterem-se no campo tornam ativas suas mobilizações em busca de permanecerem ativos no jogo pelo poder.

A busca por acumular capital leva a mobilização dentro do campo, no entanto os agentes desenvolvam objetivos comuns, ou seja “são necessários não somente questões que lhe sejam próprias, mas também pessoas dispostas a jogar o jogo e que possuam um *habitus* que implique o conhecimento e o reconhecimento das leis intrínsecas do jogo e do que está em jogo” (CATANI *et al.*, 2017, p. 242), isso é, mesmo com posicionamentos opostos no campo, dominantes e dominados, coexistem em acordo, de forma que as lutas ocorrem pelas coisas que estão em jogo no campo (BOURDIEU, 1996).

Assim, os agentes sociais que compunham o corpo discente ao engendram estratégias e firmarem acordos entre eles no intuito de melhorarem as condições de ensino promoveram uma mudança de posicionamento decorrente de uma atualização no *habitus*.

Essas lutas simbólicas para aquisição de capital que ocorrem dentro do campo promovem a coesão dos agentes para fortalecer o grupo ao qual pertencem ou

aproximar-se fornecendo a esse grupo um maior acúmulo de capital simbólico. O uso do termo capital remete a capital econômico, por vezes colocado como superior aos demais, no entanto, foi colocado em xeque por Bourdieu ao construir o conceito de capital simbólico que elenca não apenas o financeiro, mas permeia também o capital cultural, capital intelectual e capital social que, na análise em questão, promove uma articulação na busca de agregar um maior volume de capital, e assim, assumir a posição de dominação no espaço.

A aquisição de capital simbólico faz com que essas lutas, propriamente simbólicas, ocorram em um espaço social. Para Bourdieu, a violência simbólica ocorre de modo a manter a posição dominante impondo-se de forma sutil e autoritária, no entanto vista como natural e atuando assim para aceitação do espaço social pelos dominados (BOURDIEU, 2015).

A forma que o agente social se posiciona ou reage em meio as lutas é consequência de seu *habitus*. Com isso, faz-se necessário diferenciar o hábito, quanto costume, do *habitus* embasado em Bourdieu (2004a) que é caracterizado pela flexibilidade, de forma a favorecer a resposta dos agentes a determinadas circunstâncias, pois ele é constituído a partir da articulação entre a posição em que este se apresenta no espaço social, suas vivências anteriores de forma a reproduzir as respostas e atitudes do grupo ao qual pertença.

Deste modo, o *habitus* está em um contínuo processo de modificação e adequação, pois a todo momento são incluídos novos elementos ao ambiente e estes são geradores de tensões e promovem a modificação na trajetória dos sujeitos sociais (PONTES, 2011).

A construção do *habitus* pode ser dividida em dois momentos e se dá se forma contínua. O primeiro momento inicia-se no período gestacional, pois as expectativas e articulações no seio familiar para chegada do novo indivíduo é o início da interação deste com a posição ocupada por seus pais, com isso mesmo antes de interagir com outros sujeitos já está circundado por estruturas sociais. O momento seguinte dá-se a partir do contato deste com outros espaços sociais o que modifica o *habitus* primário.

Para promover a análise do objeto de estudo não pode ocorrer a dissociação deste com sua realidade, para que não sejam perdidas as peculiaridades e os significados que surgem das diferentes inter-relações no campo, portanto é imprescindível a localização do curso de enfermagem do CCS dentro do organograma da UESPI nos anos 2000 e todos os agentes envolvidos em seu processo de criação,

inserção e consolidação, o que configurou o campo do estudo. Como também a singularidade da inserção do curso de enfermagem no campo social do Centro no âmbito da Universidade.

A necessidade de empreender estratégias para adentrarem e manterem-se no campo e nas lutas contra hegemônicas exercidas por alunos, coordenadores e docentes do Curso de Bacharelado em Enfermagem promoveu a aquisição de capital específico por cada um desses agentes. Dessa forma, na aquisição de mais capital é estabelecida uma relação de forças e definidos os detentores do poder, constituindo uma realidade que é mutável pois depende do *habitus* individual e coletivo no constante do jogo.

Deste modo, alunos e professores, ao posicionarem-se como agentes envolvidos no jogo de forças do espaço da UESPI, enfrentaram diversos obstáculos que se caracterizavam como estratégia dos dominantes em busca da permanência em sua posição. Com isso esses atores sociais afrontavam os aspectos conflituosos da conjuntura social ao não aceitar a realidade imposta, o que mesmo inconscientemente resultou na incorporação de um novo *habitus* e assim formularam estratégias para que o poder simbólico, instituído dos dominantes, não sobrepujassem os anseios do grupo de alunos e professores.

Nesta perspectiva, os conceitos citados anteriormente foram utilizados para esclarecer como ocorreu a criação, inserção e consolidação do Curso de Bacharelado em Enfermagem no CCS da UESPI. Visto que, alunos e professores foram agentes relevantes na formação e transformação do espaço social do Centro e que a conformação inicial do curso favoreceu a mudanças na postura destes, para que assim ocorresse a aquisição de capital, com ênfase às lutas empreendidas por estes agentes sociais para conquistar o espaço e o reconhecimento do curso dentro na Universidade Estadual do Piauí.

2.2 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo sócio histórico, cujo interesse é identificar e interpretar os fatos, promover na análise o debate histórico, considerando o espaço temporal e os grupos sociais nele presente (PADILHA; BORENSTEIN, 2005).

A pesquisa histórica favorece a ampliação do conhecimento ao trazer à luz fatos esquecidos ou ocultos. Nesta concepção, a história pode ser entendida a partir

da valorização do processo histórico globalizado evidenciando a interdisciplinaridade na investigação entre o passado e o presente trazendo luz aos fatos (LE GOFF, 2005) e permitindo assim a construção linear dos mesmos; no caso presente a trajetória histórica do curso de Bacharelado em Enfermagem do CCS da UESPI.

Durante o marco temporal, o resgate dos fatos em que os agentes sociais do curso de enfermagem estavam inseridos remete à história que só pode ser contata se balizada na memória, não apenas na memória individual mais também na memória social e coletiva. Quanto à memória individual, diz Maurice Halbwachs:

Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACKS, 2013, p.72).

Percebe-se assim a importância da articulação entre a memória individual e a coletiva e que é importante apenas buscar sustentáculo em histórias escritas mas desvelar os detalhes que foram esquecidos pois estas memórias e permitir reconstruir a narrativa histórica.

2.3 Cenário

O cenário escolhido para realização da pesquisa foi a Universidade Estadual do Piauí, com sede administrativa no Campus Poeta Torquato Neto, Palácio Pirajá e se apresenta como instituição de natureza jurídica de direito público, interno e estadual. Começou a funcionar em 1983 como faculdade multicampi e a partir de 1986 passou a ser a Universidade Estadual do Piauí oferecendo cursos presenciais, no entanto, após 2010 passou também a ofertar cursos na modalidade à distância. Atualmente a instituição possui 12 *campi*, nos quais 02 localizados em Teresina e 10 no interior do Estado. Atualmente, a UESPI oferta 100 cursos de graduação na modalidade presencial com 12.318 alunos matriculados (UESPI, 2016).

Quadro 1 - Cursos ofertados pela UESPI por área de conhecimento e tipo de graduação.

ÁREAS DO CONHECIMENTO	CURSOS	TIPO DE GRADUAÇÃO
Ciências da Saúde	Medicina	Bacharelado
	Enfermagem	Bacharelado
	Psicologia	Bacharelado
	Educação Física	Licenciatura/Bacharelado
	Fisioterapia	Bacharelado
	Odontologia	Bacharelado
Ciências da Natureza	Ciências Biológicas	Licenciatura/Bacharelado
	Física	Licenciatura
	Matemática	Licenciatura/Bacharelado
	Química	Licenciatura
Ciências da Educação, Comunicação e Artes	Comunicação Social	Bacharelado
	Pedagogia	Licenciatura
	Artes Cênicas, Teatro e Dança	Bacharelado
	Relações Públicas	Bacharelado
Ciências Humanas e Letras	Geografia	Licenciatura
	História	Licenciatura
	Letras/Português	Licenciatura
	Letras/Espanhol	Licenciatura
	Letras/Inglês	Licenciatura
	Letras/LIBRAS	Licenciatura
	Ciências Sociais	Licenciatura
	Filosofia	Bacharelado
Ciências Sociais e Aplicadas	Administração	Bacharelado
	Biblioteconomia	Bacharelado
	Ciências Contábeis	Bacharelado
	Museologia	Bacharelado
	Arquivologia	Bacharelado
	Direito	Bacharelado
	Turismo	Bacharelado
Ciências Tecnológicas e Urbanismo	Ciência da Computação	Licenciatura/Bacharelado
	Engenharia Civil	Bacharelado
	Engenharia Elétrica	Bacharelado
	Geologia	Bacharelado
Ciências Agrárias	Engenharia Agrônômica	Bacharelado
	Zootecnia	Bacharelado
	Engenharia de Alimentos	Bacharelado

FONTE: Plano de Desenvolvimento Institucional – UESPI, 2016.

A UESPI possui 36 pólos de Educação à Distância com oferta de 4.602 vagas. Na modalidade do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) oferta 56 cursos em 19 municípios do Estado e totalizando 3.758 matrículas no ano de 2016 (UESPI, 2016).

O número de matrículas para os cursos de graduação presenciais e à distância no ano de 2017 alcançou o quantitativo de 16.784 matrículas, de modo que 6.427 para os cursos de bacharelado e 10.357 para os cursos de licenciatura. Neste mesmo ano teve 2.625 concluintes, distribuídos em 1.111 bacharéis e 1.514 licenciados (UESPI, 2016).

É credenciada à Universidade Aberta do Brasil, ofertando cursos na modalidade à distância e participa também do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, no qual atua formando jovens e adultos de assentamentos e comunidades quilombolas.

Em se tratando de Pós-graduação, a UESPI oferece quatro cursos de Pós-graduação *Latu sensu* presencial, 12 programas de Pós-graduação *Lato sensu* à distância, 07 Pós-graduação *Stricto sensu*, quatro programas de mestrado e 03 programas de doutorado, sendo 02 na modalidade DINTER (UESPI, 2016).

QUADRO 2 – Cursos de Pós-graduação *Latu sensu* presenciais ofertados pela UESPI.

NOME DO CURSO	NÚMERO DE VAGAS
Especialização em Direito Público	40
Especialização em Geografia e Pesquisa	40
Especialização em Matemática	30
Especialização em Educação à Distância	290
Especialização em Gestão Prisional	60
TOTAL	460

FONTE: Plano de Desenvolvimento Institucional – UESPI, 2016.

A instituição atua também na pós-graduação com quatro cursos de mestrado em funcionamento de forma que dois Mestrados Acadêmicos e 02 Mestrados Profissionais e 3 cursos de doutorado.

QUADRO 3 – Cursos de Mestrado e Doutorado presenciais ofertados pela UESPI.

NOME DO CURSO	NÚMERO DE VAGAS
Mestrado Acadêmico em Química	20
Mestrado Profissional em Letras	15
Mestrado Acadêmico em Letras	15
Mestrado Profissional em Matemática	30
Doutorado em Biotecnologia - RENORBIO	*
DINTER em Engenharia de Sistemas e Computação	15**
DINTER em Engenharia Civil	15**

FONTE: Plano de Desenvolvimento Institucional – UESPI, 2016.

* Seleção Nacional

** Vagas fixas do convênio UFRJ/UESPI e UFPE/IFPI/UESPI

O quantitativo de professores da UESPI não está adequado ao quantitativo dos cursos ofertados, pois segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) construído no ano de 2016, a UESPI possui 836 professores com vínculo efetivo. Ainda com base no PDI esse quantitativo deve ser ampliado até o ano de 2021 para 1281 professores (UESPI, 2016).

O Curso de Bacharelado em Enfermagem é ofertado em 4 *campi* na modalidade presencial nas cidades de Teresina, Picos, Parnaíba e Floriano com ingresso semestral. O curso na cidade de Teresina possui 172 matriculados e cursantes (BRASIL, 2016; UESPI, 2016; INEP, 2018).

Após essas adequações e ajustes para que a UESPI retomasse um padrão de qualidade na formação superior, a instituição conta hoje com o seguinte organograma (FIGURA 1).

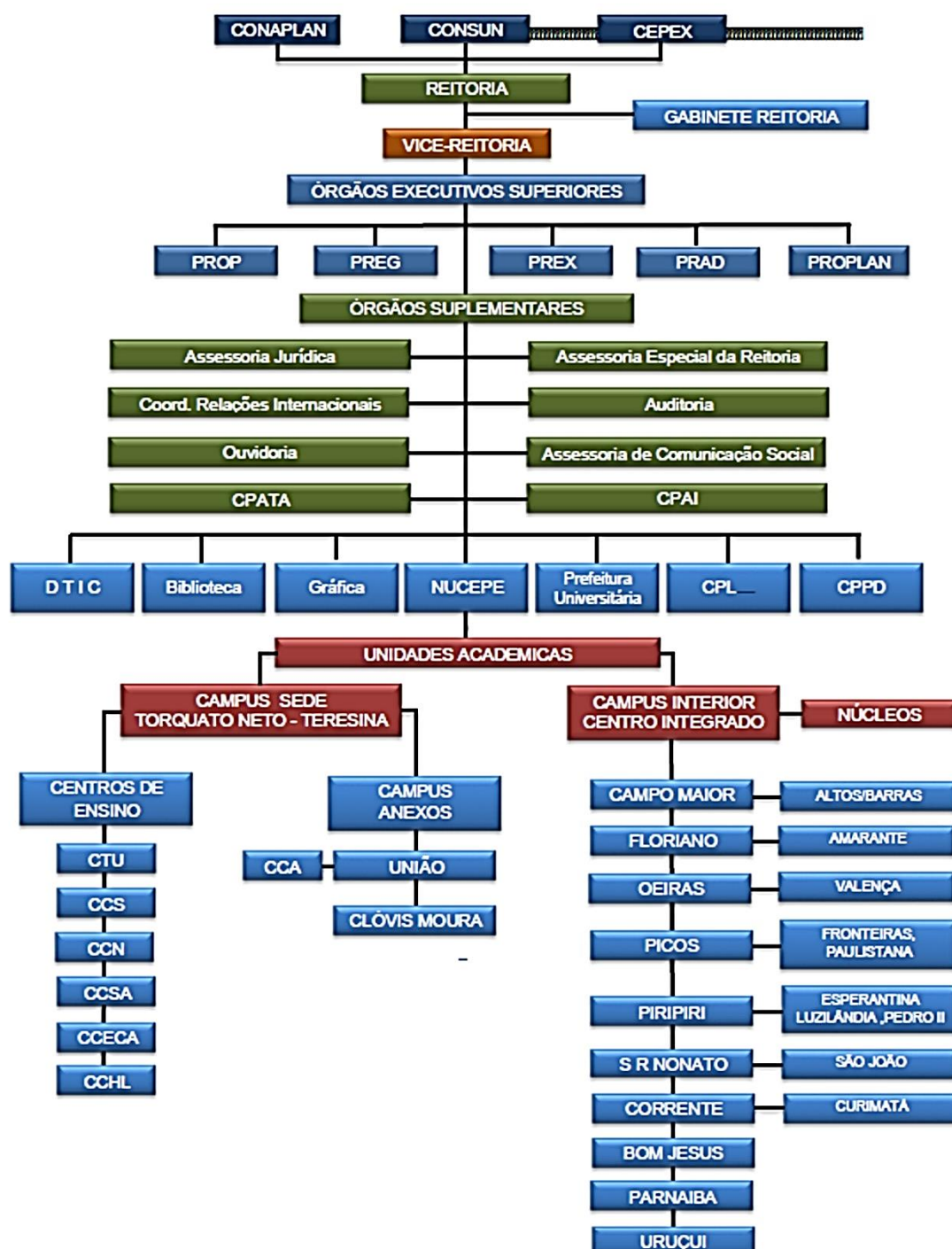


Figura 01 – Estrutura Organizacional da UESPI, 2016.

FONTE: Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021. 2016.

2.4 Critérios de Elegibilidade

Para escolha dos participantes do estudo foram adotados os seguintes critérios de inclusão: ter pertencido ao corpo docente e recebido as primeiras turmas em

Teresina, discentes líderes de turma da UESPI durante o período de estudo, ter sido diretor do CCS no período ou ter sido coordenador do curso de enfermagem. Considerou-se como critério de exclusão: os demais docentes e discentes que não tiveram participação ativa no processo de transferência dos alunos dos municípios-pólo e nas lutas da primeira turma.

2.5 Produção de dados

A produção dos dados foi embasada no método da História Oral Híbrida, que segundo Meihy e Ribeiro (2011, p.16) “promove a mescla de análises derivadas das entrevistas cruzadas com outros documentos”. A escolha por esse método justifica-se pela necessidade de associar os discursos orais dos colaboradores com as fontes documentais existentes.

Tal definição é complementada por Alberti (2013, p.155) ao tratar que a História Oral “consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente”, inter-relacionando saber, de forma a ser tratada como “metodologia interdisciplinar”.

Quanto ao gênero, foi utilizada a História Oral temática pois permite o direcionamento das entrevistas de forma a alcançar os objetivos propostos partindo de um assunto preestabelecido (MEIHY, 2005).

Foram utilizadas fontes orais, documentais e iconográficas. As fontes orais foram resultantes das entrevistas com os 17 colaboradores (QUADRO 4) do estudo que foram: 04 Coordenadoras Gerais dos Cursos de Enfermagem (sendo que 03 ainda são docentes da instituição), 01 Coordenadora Local do Curso de Enfermagem, 07 egressos matriculados nos municípios-polos e campus assim distribuídos: 02 do Centro de Ciências da Saúde, 03 do município de Barras e 01 do município de Água Branca. Ainda participaram 02 diretores do Centro de Ciências da Saúde e 04 docentes enfermeiros. A adesão à pesquisa por parte dos colaboradores deu-se pela importância na reconstrução da história do curso de enfermagem.

QUADRO 4 – Participantes do Estudo.

Nome	Função/ situação atual
Adriana da Cunha Menezes Parente	Coordenadora Geral dos Cursos de Enfermagem/ Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Denise Lima da Silva	Egressa/ Funcionária do HU/UFPI
Edinaldo Gonçalves de Miranda	Diretor do Centro de Ciências da Saúde/ professor em exercício
Eliel dos Santos Pereira	Egresso/ professor da Universidade Estadual do Maranhão
Erlane Brito da Silva	Docente enfermeira/ em exercício
Fábio Rodrigues Trindade	Egresso/ Professor da Universidade Federal do Amapá
Hilanna Khatley Fontineles Oliveira	Egressa/ professora de curso técnico de enfermagem
Isanio Vasconcelos Mesquita	Diretor do Centro de Ciências da Saúde/ professor em exercício
Ivonizete Pires Ribeiro	Coordenadora Geral dos Cursos de Enfermagem/ docente em exercício
Joelma Maria Costa	Docente enfermeira/ enfermeira em exercício
Maria Amélia Oliveira Costa	Coordenadora Geral dos Cursos de Enfermagem/ docente em exercício
Manoel Ângelo Canabrava Júnior	Egresso/ enfermeiro da Estratégia Saúde da Família
Maria Eliane Martins Oliveira Rocha	Coordenadora Local do Curso de Enfermagem/ docente em exercício
Maria Roseane dos Santos Sousa	Coordenadora Geral do Curso de Enfermagem/ docente em exercício
Naldiana Cerqueira Silva	Docente enfermeira/ em exercício
Olívia Dias de Araújo	Docente enfermeira/ Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Roberta Cristina Gomes Franco	Egressa/ enfermeira da Estratégia Saúde da Família

A técnica utilizada para seleção dos participantes foi a amostragem em bola de neve, que é uma forma de amostra não probabilística que se dá a partir de uma rede de referências (VINUTO, 2014).

As fontes documentais utilizadas foram:

- Documentos oficiais: atas, portarias, memorandos, ofícios, manuais de concurso vestibular e dossiês que estavam arquivados na UESPI (Departamento de Assuntos Pedagógicos, Pró-reitoria de Ensino e Graduação,

Conselho do Centro de Ciências da Saúde, Conselho Universitário, Coordenação do Curso de Enfermagem);

- Documentos oficiais (atas de assembleia) do Conselho Regional de Enfermagem;
- Documentos oficiais (Decretos, portarias e resoluções) publicados no Diário Oficial do Estado do Piauí;
- Em sua estrutura organizacional, a UESPI conta com o Departamento de Gestão de Pessoas e Departamento de Assuntos Pedagógicos dentre seus componentes, no entanto, os departamentos supracitados foram cruciais para busca de informações pois a partir deles foram localizados os documentos e os primeiros participantes do estudo.

Além das fontes supracitadas, utilizou-se também fontes iconográficas disponibilizadas pela UESPI e pelos colaboradores do estudo. Nesse aspecto, as fontes supracitadas compuseram o *corpus* da pesquisa.

O período de realização das entrevistas ocorreu entre os meses de setembro de 2017 e março de 2018. As entrevistas foram gravadas e tiveram duração média de 45 minutos.

Antes da realização das entrevistas buscou-se por informações no Departamento de Gestão de Pessoas uma relação de docentes que atuaram no Centro de Ciências da Saúde no período do estudo. A relação dos discentes que estavam matriculados no curso de enfermagem durante esse período foi disponibilizada pela coordenação de enfermagem. De posse desses dados iniciou-se os contatos para realização das entrevistas, definido por Meihy e Ribeiro (2011) como pré-entrevista.

A comunicação inicial com os participantes foi realizada por meio de ligação telefônica ou presencial, momento em que foi explicado o projeto e realizou-se o convite à participação. Em seguida, foram marcados encontros para realização das entrevistas que foram gravadas, respeitando a disponibilidade de cada um no que se refere ao horário, dia e local apropriado.

Para realização da entrevista foram construídos quatro roteiros (Apêndice A) semi-estruturados que foram aplicados a cada grupo de participante, divididos em: um grupo formado por docentes, coordenadores e diretores dos cursos nos municípios-polos; outro por docentes, coordenadores e diretores do CCS em Teresina; um grupo

formado por discentes dos municípios-polos e um último formado por discentes do CCS de Teresina.

Após a realização da entrevista realizaram-se os agradecimentos e a manutenção do contato para continuação do estudo. Seguindo as orientações de Meihy e Ribeiro (2011) seguiu-se com a transcrição, que ocorreu o mais próximo possível do momento em que foi finalizada a entrevista para que dados relevantes não fossem perdidos. Foram transcritas na íntegra e retirados vícios de linguagem, isso ocorreu de forma a não alterar nem prejudicar o sentido da frase.

Após a fase de transcrição, iniciou-se a fase de textualização, na qual as perguntas são fundidas à narrativa, seguida da fase de transcrição na qual há a tentativa de inserir no texto, já formado, os sentimentos aflorados durante a entrevista e por último a fase de validação quando do envio para o entrevistado para que o documento seja validado.

Após a realização do estudo, as entrevistas foram gravadas em DVD e entregues ao Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí para serem guardadas pelo Grupo de Estudos em Educação e História da Enfermagem e Saúde servindo assim de fonte para posteriores estudos.

2.6 Organização e Análise dos dados

A análise dos dados ocorreu após a etapa de validação das entrevistas, quando se fez a separação de trechos do documento escrito por similaridade de conteúdo e a organização dos documentos por pertinência temática e cronológica. A partir desse ponto procedeu-se a construção da narrativa histórica respeitando a linearidade temporal.

2.7 Critérios Éticos

O estudo respeitou todos os critérios éticos preconizados pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que estabelece as normas para realização de pesquisas em seres humanos conjuntamente com a Resolução CNS nº 510/2016 que dispõe sobre pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e aprovado com o número de parecer 2.139.940.

Para realização da pesquisa foram assinados os Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO A) assim como o Termo de Transferência de Direitos Autorais (TTDA) (ANEXO B). Por se tratar de uma pesquisa histórica, foram utilizados os nomes reais dos participantes, fato esse que é autorizado no TTDA.

Como foi apresentado, os participantes tiveram a liberdade de escolha de melhor horário e local para realização da entrevista.

3 CIRCUNSTÂNCIAS QUE ENSEJARAM O PROCESSO DE EXPANSÃO DOS CURSOS DE ENFERMAGEM DA UESPI

Para favorecer uma aproximação com o objeto de estudo realizou-se uma contextualização dos aspectos sócio-políticos do país, para compreender como as modificações políticas e econômicas atuaram diretamente na estrutura social, provocando alterações no padrão da oferta de cursos superiores, em especial, de Enfermagem.

3.1 Nexos entre a política neoliberal e o ensino superior

Este tópico apresentará como a política neoliberal no período histórico que antecedeu ao marco temporal do estudo teve influência direta sobre as modificações na educação superior e, por conseguinte, na Universidade Estadual do Piauí.

Dessa forma, entender-se a sociedade como mecanismo articular com engrenagens interconectadas, de modo que ao mobilizar uma delas haverá interferência em todo o sistema, e assim a economia e educação possuem uma inter-relação histórica (BRUNO, 2011).

O neoliberalismo baseia-se na competitividade e no livre-mercado, permitindo a mobilização de capital financeiro para favorecer a entrada de divisas e a saída de lucros para os investidores. Desta forma, o Estado passa a ser retirado dos papéis de agente produtivo, com a venda de estatais, e de agente normatizador e regulador da economia (CERQUEIRA, 2008).

A partir dessa premissa, o crescimento do modo de produção capitalista com características neoliberais fez com que a competitividade, a autonomia, a qualidade total, a descentralização, dentre outros fossem eleitas como bases teóricas desse novo modelo,

O atual modelo de desenvolvimento industrial, baseado na produção de bens de consumo duráveis para atender a demanda dos estratos sociais abastados, tem agravado, consideravelmente, os índices de pauperização social à medida que o processo de globalização vai avançando. Há uma pressão crescente desse modelo voraz de produção industrial ampliar suas demandas por recursos naturais cada vez maiores. Já havendo um esgotamento desses recursos nos países desenvolvidos. Assim, para manter esse modelo voraz de produção, torna-se necessário aumentar cada vez a demanda de recursos naturais dos países periféricos, que ainda detém uma reserva considerável desses recursos naturais (GARUTTI; OLIVEIRA, 2014, p. 206).

Com isso, para que a mão-de-obra seja adequada ao modelo político-econômico é necessário que a educação também esteja direcionada às ideias neoliberais, que priorizam o conhecimento técnico e desse modo, o acesso à escolaridade. O que justifica a educação como instrumento de ascensão social e econômico (ALMEIDA; DAMASCENO, 2015).

As mudanças decorrentes no governo brasileiro entre os anos de 1980 e 1990, que passou do regime ditatorial para um regime baseado na democracia, ambos fundamentados nos princípios do capitalismo favoreceu o fortalecimento das ideias neoliberais, que reduzia a participação do Estado. Na perspectiva do capitalismo, a ingerência de países com a economia centrada no Estado leva a um aumento das pressões sociais, o que torna inviável a manutenção deste, sendo necessário um controle social para que o crescimento econômico possa ocorrer, o que leva a uma maior exploração de mão-de-obra (LUIZ, 2013).

A partir de 1989, os países latino-americanos necessitaram seguir as orientações do Consenso de Washington (CW) que apresentava um programa de ajuste estrutural para reorganizar a economia dos países. Esse Consenso sugeria reformas quanto: disciplina fiscal, reordenação das prioridades dos gastos públicos, reforma fiscal, liberação financeira, câmbio competitivo, liberação do comércio, liberação da intervenção financeira direta, privatizações, desregulações e direitos de propriedade (RANGEL; GARMENDIA, 2012).

Nesse aspecto, a consequente falência do Estado levou o Brasil a adotar uma política baseada em ideias neoliberais e a assinar acordos com instituições monetárias internacionais com forma de sanar a crise político-econômica e social na qual se encontrava (AGAPITO, 2016).

Dessa forma, ao começar a fazer parte dessa nova política, no qual a liberação de recursos por agências financeiras internacionais passava por um período de ajustamento do país, inclusive no que se refere a educação, pois a educação, na concepção da política neoliberal, é uma via de desenvolvimento e com isso investimentos em educação gerariam aumento da mão de obra especializada (AGAPITO, 2016).

As propostas do CW se fizeram cumprir na ambiência educacional por intermédio das agências de financiamento internacionais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), que condicionava a liberação de

recursos a adequação e cumprimento de suas orientações. A educação deveria ser voltada à formação de mão de obra o que vincula a educação à melhoria das condições de vida da população (SILVA, 2015).

Outra orientação do CW baseava-se no princípio de que o indivíduo é produtor de sua capacidade de produção o que permite entender o desemprego como uma inadequação do indivíduo às exigências do mercado favorecendo assim “em outras palavras, é conforme a demanda do mercado de trabalho que se estabelecem currículos e formas de atuação educacional” (COSMO; FERNANDES, 2003).

Na ambiência educacional o Brasil entre as décadas de 1980 e 1990 passou por um processo lento de crescimento no ensino superior no que concerne ao número de matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas. Entretanto, com as reformulações ocorridas no sistema de ensino como a aprovação da LDB/96 e as políticas de financiamento educativo do Governo Federal, no final da década de 1990 até os anos de 2007 favoreceu a oferta de vagas no ensino superior com predominância de instituições particulares sobre instituições públicas (BAPTISTA *et al.*, 2010).

Nesse contexto, o ensino passou a ser visto como uma empresa na qual a produtividade é mensurada por avaliações padronizadas e o resultado destas promove uma classificação entre as instituições de ensino, promovendo um aumento da competitividade entre instituições, atrelando a distribuição de recursos a elas destinados aos resultados obtidos (ALMEIDA; DAMASCENO, 2015). Essa variância relativa dos recursos relacionados a educação gera um menor investimento em infraestrutura para as escolas e também em materiais didáticos, o que acarreta em diminuição da qualidade da educação (BASSO; BEZERRA NETO, 2014).

Dentre os ajustes legais necessários para a formação da atual política educacional do país no que concerne ao ensino superior tem-se: a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 205 estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, no entanto o artigo 206 inciso III permitiu a coexistência de instituições públicas e privadas; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que concedeu autonomia universitária e representou uma liberdade para criação de novos cursos e ofertas de vagas, o Plano Nacional de Educação de 2001, que permitiu ao setor privado um aumento no número de vagas para atender à demanda não absorvida pelo ensino público e por fim as políticas de concessão de financiamento e crédito universitário (BAPTISTA *et al.*, 2010).

As orientações do CW aliado ao poder grupos financeiros gradativamente reduz a interferência do Estado de modo a reduzir os gastos públicos. Em consequência, cabe ao Estado “controle, avaliação, direção e, eventualmente, apoio técnico e financeiro de caráter subsidiário e complementar” (SAVIANI, 2002, p.82).

A esse respeito, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no ano de 1996 (LDB/96) proporcionou a flexibilização dos currículos e grades curriculares da mesma forma que permitiu à IES autonomia no concernente a abertura, currículos e adoção das Diretrizes Curriculares que mais se adequasse (FERNANDES; REBOUÇAS, 2013).

As mudanças decorrentes desta política proporcionaram modificações na estrutura da oferta de cursos superiores também no Estado do Piauí, especificamente na área da enfermagem, com o início tardio, pois o primeiro curso privado de Graduação em Enfermagem foi iniciado no ano de 2001. No entanto, no período compreendido entre os anos de 2001 e 2008 a oferta de cursos cresceu de um para oito (ROCHA; NUNES, 2013).

Deste modo, o estado do Piauí nos últimos anos da década de 1990 apresentou o início do crescimento do número de escolas de enfermagem, pois em 1998 contava com 03 IES e esse número foi ampliado para 14 no ano de 2004. Com relação a natureza jurídica destas IES estavam distribuídas em 06 cursos ofertados pela rede pública e 08 pela rede privada (ROCHA; NUNES, 2013).

Entretanto a LDB/96 guarda em seu artigo 3º os princípios de que o ensino será ministrado com iguais condições de acesso e permanência na escola, de forma a garantir a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, que permita o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, com respeito à liberdade e apreço à tolerância, com a valorização do profissional da educação escolar, com a gestão democrática do ensino público, com a garantia de padrão de qualidade, com a valorização da experiência extraescolar de modo a promover a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, garantindo a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e que haja a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (BRASIL, 1996).

Embasado nas premissas definidas pela LDB/96, os gestores da UESPI beneficiaram-se do art.56 que assegura às universidades atribuições, como criar, organizar e extinguir cursos e programas, como também firmar contratos, acordos e convênios, e com isso a Instituição passou a promover acordos com prefeituras

consociadas e Secretaria Estadual de Educação como forma de ampliar o alcance territorial da IES o que levou ao protagonismo da instituição ao interiorizar o ensino superior.

As mudanças ocorridas na LDB/96 geraram a necessidade de reestruturação das Diretrizes Curriculares, no caso específico do estudo, para a área da saúde. Para que fossem definidas as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Enfermagem (DCN/ENF), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) fez a convocação pública de IES e de organismos associativos de classe, no caso da Enfermagem, a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN) que levou a temática a ser discutida em encontros, congressos e seminários para que fossem estabelecidas as bases para as DCN/ENF aprovada pela Resolução CNE/CES nº 3 de 2001 (FERREIRA, 2017).

A partir da aprovação das DCN/ENF ocorreu a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) para adequarem-se ao novo perfil do profissional enfermeiro, que deveria contar com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva de forma a exercer a profissão com rigor científico e intelectual pautado em princípios éticos. Como sustentáculo a essa formação os eixos principais das DCN/ENF preconizam em seu art. 14

- I - a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão/assistência, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido, levando em conta a evolução epistemológica dos modelos explicativos do processo saúde-doença;
- II - as atividades teóricas e práticas presentes desde o início do curso, permeando toda a formação do Enfermeiro, de forma integrada e interdisciplinar;
- III - a visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;
- IV - os princípios de autonomia institucional, de flexibilidade, integração estudo/trabalho e pluralidade no currículo;
- V - a implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;
- VI - a definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber; o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constitui atributos indispensáveis à formação do Enfermeiro;
- VII - o estímulo às dinâmicas de trabalho em grupos, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;
- VIII - a valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno e no enfermeiro atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade;
- IX - a articulação da Graduação em Enfermagem com a Licenciatura em Enfermagem (BRASIL, 2001a).

Embasada nessas Leis e Resoluções ocorreu uma expansão desordenada dos cursos de enfermagem entre os anos de 1991 a 2011, com crescimento exponencial a partir de 2001 com uma oferta significativa por instituições privadas sem o devido acompanhamento da qualidade. Outro fator a considerar acerca da expansão dos cursos de Enfermagem é a desarticulação entre a necessidade de profissionais e o aumento da demanda de vagas desvinculando-se da ideia neoliberal que preconizava a formação de uma mão de obra de reserva (CORRÊA; SANTOS; KOBİ, 2014).

Nesse aspecto, agregado às modificações legais ocorreram transformações na forma de financiamento, com o qual o governo auxilia o aluno a adentrar no ensino superior privado. Vale ressaltar, que a partir da década de 1970 o governo brasileiro criou o programa de Crédito Educativo (CREDUC) que foi substituído no início dos anos 2000 pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI). A consequência direta desses programas de financiamento criados pelo Governo Federal foi o aumento do número de IES privadas (BAPTISTA *et al.*, 2010).

O crescimento do número de IES privadas e consequentemente do número de vagas ofertadas por todo país é observado nos trabalhos de Barbosa e Baptista (2008), Baptista *et al.* (2010), Campista *et al.* (2009) e Silva, Baptista (2007). Em seus trabalhos, os autores fazem uma análise da distribuição de vagas pelo Brasil e corroboram com o observado no Piauí que foi o processo de interiorização do ensino superior, mesmo que tardio, pela Universidade.

Catani *et al.* (2017) discorre acerca da ideologia neoliberal que promove uma dessensibilização dos agentes do governo aos problemas decorrentes da omissão do Estado à população com menor capital econômico e cultural. Esta dessensibilização do Estado promove uma maior precarização dos sistemas educacionais e de saúde. Traduzindo-se assim em uma precarização de condições materiais e humanas na prestação dos serviços básicos.

Deste modo, a aprovação da LBD/96 e das DCN/ENF foram viabilizadas pela política neoliberal que promoveu uma modificação do perfil das ofertas de vagas nos cursos de graduação em Enfermagem em todos os estados da Federação (CORRÊA; SANTOS; KOBİ, 2014).

3.2 O Programa Saúde da Família e a abertura de mercado de trabalho para Enfermagem

Este tópico versará sobre a influência da nova política de assistência à saúde e a necessidade da modificação do perfil profissional com características a esse novo modelo e, por conseguinte a abertura de vagas para profissionais de saúde em todo território nacional, principalmente para enfermeiros.

A respeito das mudanças na ordem política e social ocorridas no país após os anos de 1980, vale ressaltar que estas apresentaram também reflexos na assistência à saúde, pois levaram a aprovação da Lei nº 8080 em 19 de setembro de 1990, que instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS). A adequação do profissional da área da saúde a esse novo modelo de assistência favoreceu a aprovação de novas Diretrizes curriculares para cursos superiores (OLIVEIRA; LIMA; BALUTA, 2014).

Balizado nos princípios do SUS que promoveu uma nova ordem social no setor saúde ao orientarem para a universalidade, integralidade, equidade e participação popular, atendendo a Constituição Federal de 1998. Este sistema de saúde viabilizou o direito à saúde baseado em iniciativas institucionais, legais e comunitárias que favoreceu a reorganização da Atenção Básica (AB) e provocou a ruptura com o modelo hospitalocêntrico (SOARES *et al.*, 2016).

Entretanto, essas mudanças no paradigma da assistência à saúde ocorreram de forma conflituosa por conta do jogo de interesses, predominantemente financeiros, entre os setores público e privado. A nova política de saúde retoma os ideais da Reforma Sanitária Brasileira ao preconizar ações voltadas para a vigilância em saúde, com a oferta de uma medicina simplificada e ações de saúde pública de baixo custo e com alto impacto na sociedade (LUNARDI *et al.*, 2010).

Para garantir a implantação do SUS foi necessário a mobilização em três etapas ou movimentos que primavam em reorganizar a gestão, regionalização pactuada e a implantação do Programa Saúde da Família:

Em primeiro lugar, desenvolve-se um processo de reorganização das funções dos diferentes níveis de gestão do SUS: um reordenamento importante das funções gerenciais, das funções regulatórias, das funções de prestação de serviços do Sistema. Trata-se da redefinição e da busca por uma maior capacidade regulatória e gestora do Sistema e de seus componentes institucionais – eficácia, eficiência, qualidade e produtividade. [...] Um segundo movimento, complementar ao anterior, é o processo de regionalização pactuada, iniciado pela Norma Operacional da Assistência – NOAS, no sentido de garantir racionalidade ao Sistema, viabilizando os

componentes de equidade e integralidade no atendimento à população, e não apenas a transferência de responsabilidade para os níveis municipais. [...] Um terceiro movimento, a implantação do Programa de Saúde da Família – PSF – como estratégia de reorientação da Atenção Básica e do modelo de atenção à saúde no país, através da valorização do vínculo e do compromisso entre equipe de saúde, indivíduos e comunidade, possibilita uma ação proativa no cuidado à saúde (BRASIL, 2002 p. 7-8)

Como forma de implementação do SUS, na ambiência da AB, as primeiras experiências surgiram em 1991 com a implantação pelo Ministério da Saúde do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) que foi estruturado para combater os altos índices de morbimortalidade materno-infantil na região Nordeste do Brasil. O PACS foi criado a partir de um programa exitoso que desenvolvia ações básicas de saúde no sertão cearense, que teve início no ano de 1987 (ÁVILA, 2011).

Por meio de um convênio entre a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e as secretarias estaduais de saúde, o PACS foi implementado oficialmente em 1992, inicialmente nos estados nordestinos, entretanto, com a melhora dos indicadores o programa foi implantado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País (RODRIGUES; RAMIRES, 2008). A equipe básica para o desenvolvimento do PACS era composta por enfermeiro e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), na qual o enfermeiro era responsável por acompanhar e orientar o ACS e este atuaria também como instrutor-supervisor de um número máximo de 30 ACS (BRASIL, 2001b).

A experiência com o PACS e seus resultados serviram de sustentáculo para a estruturação de um programa com maior abrangência, o Programa Saúde da Família (PSF), no ano de 1994 e absorveu as atribuições dos ACS de forma a ampliar o foco de atenção, agora direcionadas à família e à comunidade. O PSF promoveu uma reestrutura nos componentes do antigo programa agregando a equipe multiprofissional, além do enfermeiro e ACS, o médico generalista, auxiliar e técnico de enfermagem (BRASIL, 1997).

As mudanças ocorridas no setor saúde no Brasil gerou a necessidade de mão-de-obra qualificada, entretanto, a enfermagem não possuía contingente apto a atender esta demanda. Para compreender esse fato, o Instituto de Medicina Social (BRASIL, 2006) retoma parte do percurso histórico da formação em enfermagem, que nos anos 80, em meio a reestruturação política, econômica e social do país, apresentou redução na relação candidato/vaga, conseqüentemente uma queda no número de egresso. O contrário aconteceu na década de 90 com a mudança nas políticas de saúde do

Governo Federal o que levou a procura por vagas em cursos de Graduação em Enfermagem em IES públicas e privadas.

O mercado de trabalho para o profissional enfermeiro, no ano de 1999, era restrito pois o maior empregador eram instituições públicas, com maiores números de contratação na esfera municipal, pois as instituições particulares contratavam apenas 37,2% desses profissionais o que mostra que estas contratam profissionais de outras categorias da Enfermagem (VIEIRA; OLIVEIRA, 2001).

A ampliação do mercado de trabalho para o enfermeiro é decorrente do contexto demográfico, econômico, social e político do país, pois o envelhecimento populacional, recuperação de mercado de trabalho favoreceram essas contratações, no entanto deve ser dada ênfase ao contexto político do país, pois

Do ponto de vista político, destaca-se a própria consolidação do SUS e o avanço das políticas públicas da área, sobretudo da Estratégia Saúde da Família (ESF), principal responsável por descentralizar e expandir o mercado de trabalho da enfermagem e mudar o foco da assistência hospitalar para ambulatorial, domiciliar e comunitária (MACHADO *et al.*, 2016, p.55).

Com isso, as modificações nas políticas públicas nacionais favoreceram a uma atenção diferenciada a assistência à saúde, com ênfase na AB, favoreceu a profissionalização em enfermagem pois, permitiu a abertura de novas vagas no mercado de trabalho. A admissão a essas vagas se dava por aprovação em concursos públicos realizados por prefeituras municipais (RIBEIRO *et al.*, 2014).

Ademais, o perfil do profissional enfermeiro contempla os requisitos do SUS, pois sua formação é embasada no cuidado associado à responsabilidade e compromisso o que facilita a formação de vínculos entre os atores sociais envolvidos no processo de cuidar (LUNARDI *et al.*, 2010).

Com isso percebe-se a íntima relação entre a procura por vagas em enfermagem e a nova política de saúde, SUS, implantada pelo Governo Federal. Essa busca por formação permitiu que fossem ampliados os números de IES privada a ofertarem o curso de enfermagem. No entanto, esses cursos devem respeitar as DCN/ENF quando da construção de seu PPC na busca por formar profissionais que atendam ao novo perfil do profissional enfermeiro.

4 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM NO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Para viabilizar o entendimento do tema é necessário compreender o cenário no qual estava inserido o curso de enfermagem e a posição que seus atores sociais ocupavam nesse espaço e as forças atuantes neste campo.

O ensino superior público no Piauí até o ano de 1986 era restrito aos cursos ofertados pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), localizada na cidade de Teresina. A posição geográfica da capital do Estado em relação a sua extensão territorial restringia o ingresso de jovens e adultos ao ensino superior, pois o estado do Piauí possuía apenas uma Universidade pública e, por conseguinte não conseguia atender a demanda do Estado (NÓBREGA, 2017).

No ano de 1984 foram dados os primeiros passos para criação da Universidade Estadual do Piauí, neste ano, foi criado o Centro de Ensino Superior (CESP) com o objetivo de formar recursos humanos de nível superior para atender professores da rede pública estadual. Como entidade mantenedora foi criada a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí (FADEP) pela Lei Estadual nº 3967/84 e pelo Decreto Estadual nº 6096/84.

Nesse contexto, com a criação do CESP, no ano de 1986 (FIGURA 2), foram ofertadas 240 vagas para os cursos de Licenciatura em Pedagogia/Magistério, Licenciatura em Ciências/Biologia, Licenciatura em Ciências/ Matemática, Licenciatura em Letras/Português, Licenciatura em Letras/Inglês e Bacharelado em Administração de Empresas (NÓBREGA, 2017).



Figura 2 – Placa comemorativa à criação da Fundação de apoio ao desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí.

FONTE: Assessoria de Comunicação da Universidade Estadual do Piauí. 2018

Desse modo, a autorização de funcionamento da Universidade por meio do Decreto Federal nº 2359/93 seção 1 de 25 de fevereiro de 1993,

Art. 1º Fica autorizada o funcionamento da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, mantida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí, com sede na cidade de Teresina, Estado do Piauí, na modalidade de sistema *multicampi*, instalados em Teresina, Floriano, Picos, Parnaíba e Corrente (BRASIL, 1993)

A autorização para a FADEP passar a funcionar como Universidade, foi motivo de comemoração para diversas esfera de poder, pois ao ser reconhecida como tal, o Governador, Antônio de Almendra Freitas Neto promoveu a reinauguração da UESPI, sediada no Palácio Pirajá e o descerramento de placa alusiva ao ato que contou com a presença de políticos e professores da instituição (FIGURA 3).

A criação de uma Universidade pública estadual favoreceu aos representantes dos partidos políticos que estavam no poder a utilização da instituição como estratégia de negociação e ampliação de uma rede de aliados.

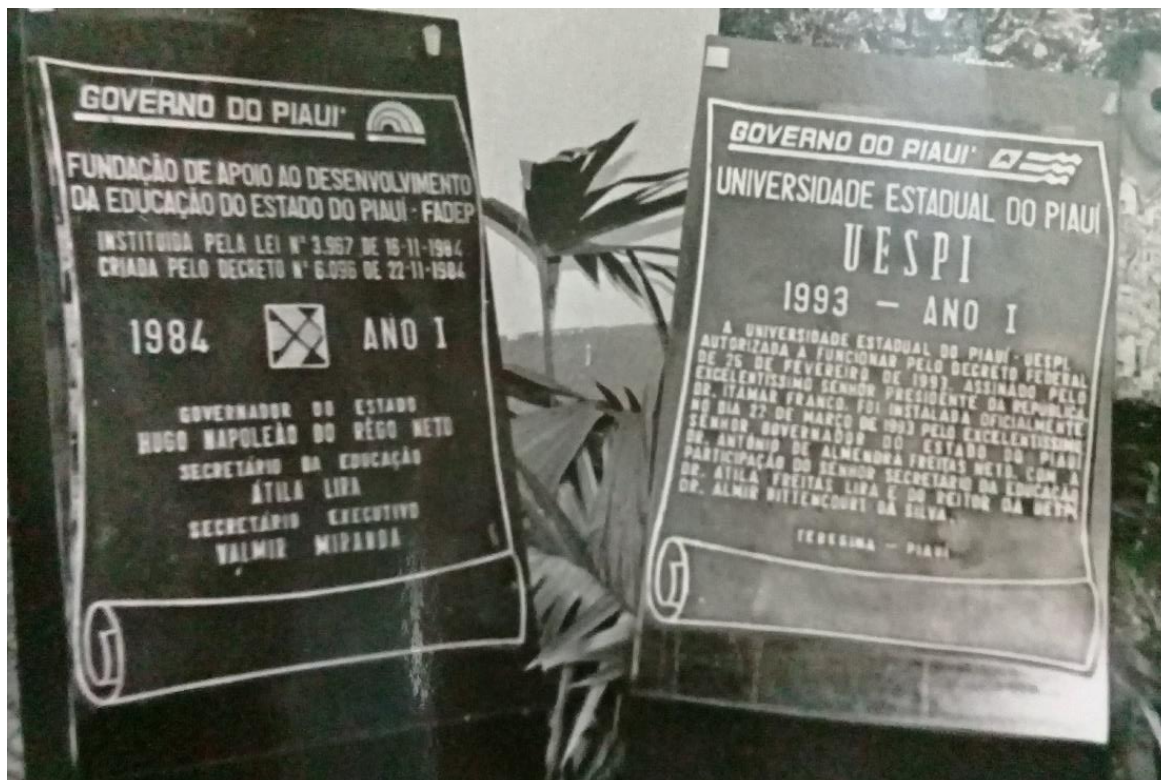


Figura 3 – Placa comemorativa à autorização de funcionamento da Universidade Estadual do Piauí.

FONTE: Assessoria de Comunicação da Universidade Estadual do Piauí. 2018

A partir do momento em que a UESPI foi autorizada a funcionar foram organizadas estratégias para o início de sua expansão, que foi embasada pela baixa oferta de cursos superiores por universidades públicas na territorialidade do Estado do Piauí e, também, por motivações político-partidárias caracterizados por representantes que tinham “algum peso político, dentro da correlação de forças dos acordos políticos e que poderiam garantir determinado retorno àqueles que estavam no poder municipal” (FEITOSA, 2006, p.8).

Destarte, esses acordos políticos motivaram a “multiplicação de *campi*, cursos e modalidades de ensino registrados na UESPI” (FEITOSA, 2004, p.7), de forma desordenada, como também a política de Atenção Básica, com ênfase na ESF que propiciou mercado de trabalho para os enfermeiros e favoreceu a oferta de cursos.

Por conseguinte, no ano de 1995 ocorreram modificações no Estatuto da UESPI, que permitiu a criação da Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI) que passou a gozar de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, dessa forma houve a facilitação no processo de criação de *campi* da instituição no interior do Estado (UESPI, 2016).

Com base na LDB/96 a UESPI é classificada quanto a sua organização acadêmica como instituição universitária que “são instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, tendo como foco a formação de profissionais de Nível Superior” (GOMES; MACHADO-TAYLOR; SARAIVA, 2018 p.118), com atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

No que tange a LDB/96 em seu artigo 56 ao permitir a autonomia das universidades juntamente com os aspectos legais, econômicos e pedagógicos ensejaram naquele momento histórico a criação de condições políticas para a expansão do ensino superior pela instituição (CARVALHO, 2014).

A partir dessas condições, a UESPI passou a executar seu princípio fundamental, a formação e capacitação de profissionais para atuar na educação, prioritariamente do interior do Estado considerando o déficit de profissionais com nível superior para atuar na educação básica.

No entanto, a partir do ano de 1998 a UESPI ampliou sua oferta para os cursos da área de saúde como Medicina, Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia, que foram distribuídos da seguinte forma: em Teresina foi criada a FACIME, com oferta de 40 vagas anuais para Medicina, Fisioterapia e Psicologia, que embora não fosse da área de saúde foi inserido nesta Faculdade. Na cidade de Floriano foram ofertadas 40 vagas para a Graduação em Enfermagem e em Parnaíba, a Faculdade de Odontologia e Enfermagem (FACOE) ofertou os cursos de Odontologia e Enfermagem cada um com disponibilidade de 40 vagas (UESPI, 1999).

Dessa forma, ao ser classificada como instituição pluridisciplinar, a UESPI no ano de 1998, com o incentivo do Governo do Estado firmou convênios com a Secretaria Estadual de Educação e as diversas Secretarias Municipais de Educação de forma a ampliar oferta de vagas, tendo como objetivo principal a formação de professores em nível superior. Para tanto, foi estimulada a expansão da UESPI para atender a demanda reprimida formada por professores de nível fundamental e médio de forma a atender aos diversos sistemas de educação, tanto estaduais como municipais (CARVALHO, 2014).

Os primeiros cursos ofertados nos pólos da UESPI no interior do Estado foram iniciados com o apoio dos prefeitos municipais e como também de populares, pois esse fato promoveria o crescimento cultural, financeiro e educacional do município com a capacitação dos munícipes.

A expansão da UESPI foi intensificada entre os anos de 1998 a 2003 quando, no então reitorado do Dr. Jônathas de Barros Nunes, a instituição ofertou 2.030 vagas para cursos em período regular e 3.772 vagas para cursos em período especial, o intuito inicial da interiorização da instituição foi contribuir com o desenvolvimento de cidades interioranas e como também com a permanência dos estudantes no interior (UESPI, 1999).

Após esse primeiro momento de expansão, no ano de 2002, foram disponibilizadas vagas para formação em Enfermagem em nove municípios piauienses, dentre eles: Água Branca, Barras, Piracuruca, Campo Maior, Picos, Parnaíba, Floriano, Bom Jesus e Corrente. A oferta de vagas para esses municípios era realizada por meio de convênios firmados entre as prefeituras municipais e a Universidade. Os recursos financeiros, advindos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), viabilizaram a continuidade desses convênios (NÓBREGA, 2017).

Nesse sentido, o FUNDEF foi criado no ano de 1996 com o objetivo de disponibilizar recursos federais para ampliar a rede pública de ensino fundamental e os professores deste segmento (COSMO; FERNENDES, 2003). O objetivo principal do FUNDEF associava-se à missão da UESPI no processo de formação de professores, assim a verba deste fundo impulsionou e assegurou a oferta de cursos, como também manteve estimulado o interesse político quanto a permanência da instituição.

Deste modo, o crescimento do número de convênios da UESPI com administrações municipais, no ano de 2003, alcançou o número de 246 municípios que estavam vinculados a instituição, sendo 220 no Estado do Piauí, 18 no Estado do Maranhão e 08 no Estado da Bahia (FEITOSA, 2004).

A escolha dos municípios supracitados que receberiam o Curso de Bacharelado em Enfermagem ocorreu com base na estrutura do município que receberia o curso, de forma a favorecer a formação de consórcios entre municípios circunvizinhos com direcionamento do curso ao município mais estruturado.

O crescimento da UESPI na territorialidade piauiense foi embasado também pela assinatura de convênios de cooperação técnica e científica entre a Secretaria Estadual de Saúde do Piauí (SESAPI) e a UESPI, na pessoa de seus representantes legais, o então Secretário de Saúde e a Reitora. A assinatura deste convênio proporcionou a utilização de prédio públicos vinculados ao Governo Estadual por

campi e pólos da UESPI no Estado. Para essas articulações políticas fez-se uma aproximação com o pensamento de Bourdieu (1996), ao tratar que os agentes detentores de poder monopolizam sua autoridade específica do campo e tendem a estruturas formas de conservação de sua posição e seu capital adquirido.

Diante desse quadro, o gigantismo territorial da UESPI contrastava com o número de docentes, pois embora apresentassem um quantitativo de 38.205 alunos, “a Instituição contava com 1.074 professores provisórios em acentuado contraste com os modestos 371 docentes de caráter efetivo” (CARVALHO, 2014, p.55).

Em contrapartida, no Piauí durante os anos de 1998 a 2002 a maioria de cursos e vagas para Graduação em Enfermagem eram ofertadas por universidades públicas, com o pioneirismo da UESPI em levar cursos da área de saúde para o interior do Estado (ROCHA; NUNES, 2013).

Na década de 1990 e início dos anos 2000, a UESPI diferindo dos discursos das Universidades Federais que eram resistentes à criação de cursos noturnos, realizou uma estratégia para ampliar a oferta de vagas, que foi a disponibilidade para a comunidade de modalidades diferenciadas de ensino. A instituição passou a oferecer cursos que funcionavam na modalidade regular, que seguia o calendário da educação superior, e o período especial, no qual as atividades acadêmicas ocorriam nos meses de janeiro e julho, como também em fins de semanas alternados nos meses de fevereiro a junho e agosto a dezembro. Da mesma forma, a modalidade Sequencial de Formação Específica, com duração de dois anos e meio (UESPI, 2002a).

Observa-se que a variedade de modalidades de ensino e a diversificação nos turnos em que os cursos eram ofertados pela UESPI possuía embasamento no princípio da autonomia ortogada pela LDB/96.

A Figura 4 apresenta a distribuição dos municípios piauienses em territórios de desenvolvimento, o que mostra a configuração da instituição no Estado, dessa forma, cada território formou um conglomerado embasado em similaridades geográficas e este recebeu, no mínimo, um pólo da UESPI. Contudo, a dificuldade encontrada pela gestão da Instituição foi quanto ao cumprimento dos termos contratuais no que se refere a estrutura física, onde funcionaria o curso, pois associado a isso apresentava-

se a dificuldade em equacionar os recursos da UESPI para atender a demanda de *campi* (UESPI, 2016).

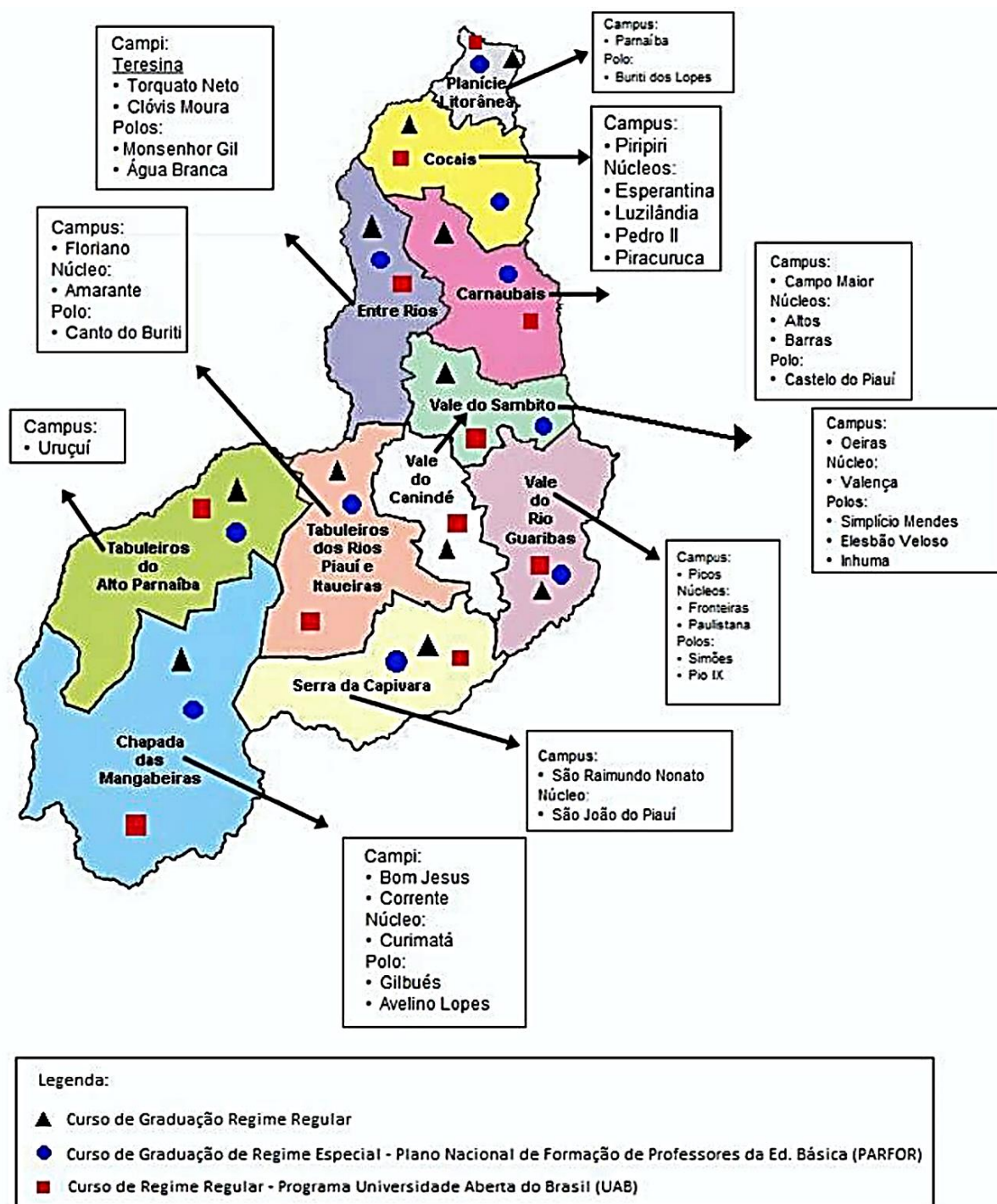


Figura 4 – Mapa de distribuição e localização dos *campi* da UESPI.
 FONTE: PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2014-2017, 2013.

Nessa perspectiva, o processo de expansão da UESPI favoreceu o aumento da quantidade de cursos, todavia não ocorreu preocupação com a qualidade do

ensino o que ocasionou a diminuição do número de vagas, como também do fechamento de pólos (NOGUEIRA; FERRO, 2013).

Após firmado o convênio entre a UESPI e as Secretarias Municipais era previsto que o processo seletivo para essas cidades seria diferenciado, pois os termos celebrados no contrato do convênio disponibilizavam vagas para cada um desses municípios, no entanto firmava-se que 80% dessas seriam destinadas a candidatos com vinculação ao consórcio de prefeituras e 20% para candidatos da comunidade. Para concorrer as vagas do convênio, o candidato deveria no ato da inscrição acrescentar aos documentos uma autorização assinada pela autoridade competente do município conveniado (UESPI, 2002a).

Nesse aspecto, para o município era significativo receber o pólo da UESPI e este era utilizado como instrumento de manutenção do poder político, no jogo de forças da política municipal, pois a permanência física do nome da UESPI favorecia aos dominantes a aquisição de capital financeiro, oriundo do FUNDEF e de capital simbólico proveniente do reconhecimento por parte dos munícipes dos esforços do prefeito.

Após a aprovação dos candidatos no processo vestibular, cada município a receber um curso da UESPI, possuiria uma coordenação, que responderia pelos alunos nela matriculados e se reportaria diretamente a Reitoria. Entretanto, quando os cursos de Enfermagem iniciados em 1998 começaram o ciclo profissionalizante, foi criada na FACIME a Coordenação Geral dos Cursos de Enfermagem, que teria como função receber os alunos dos *campi* do interior, para realizar os estágios supervisionados, que ocorriam nos 8º e 9º períodos do curso devido a carência de campos de estágio com condições técnicas e científicas (UESPI, 2002b).

A primeira Coordenadora Geral dos cursos foi a professora Ivonizete Pires Ribeiro que juntamente com os professores Euripedes Soares Filho e José Joaquim Oliveira Monte compuseram a comissão constituída pela portaria UESPI nº 176/2002 de 16/01/2002 para a reestruturação dos cursos de Enfermagem da Instituição (UESPI, 2002b). Esta comissão teve como objetivo visitar e conhecer os locais onde eram ofertados os cursos de enfermagem e as condições em que eles aconteciam. A coordenadora geral relembra que:

Os cursos já se encontravam em funcionamento. Muitos desses não tinham como funcionar. Não tinha nada funcionando, não tinha começado nenhuma aula ainda. Em algumas cidades, os alunos de Enfermagem assistiam aula junto com alunos de outros cursos que também eram ofertados pela UESPI, por exemplo: História, Geografia. Não tinha uma estrutura física para Enfermagem. Não tinham uma coordenação de Enfermagem, não tinha a quem eles se dirigirem. Tudo acontecia quase de forma informal (Ivonizete Pires Ribeiro – Coordenadora Geral dos Cursos de Enfermagem).

Vale ressaltar que após retornarem destas visitas os membros da equipe produziam um relatório e este era enviado a Coordenadoria de Planejamento e a Divisão de Planejamento e Estatística da Universidade para que a Reitoria tivesse acesso ao panorama de funcionamento dos *campi* do interior (ASSUNÇÃO, 2017).

No entanto, essas visitas tinham o intuito não apenas de identificar as condições nas quais os cursos eram ofertados, mas também averiguar as condições para que outros cursos da saúde também fossem ofertados nas cidades do interior do Estado. A falta de estrutura para o funcionamento dos cursos espalhados pelo interior do Estado contribuía para a um déficit de aprendizado dos alunos e acarretava comprometimento ao processo de formação (MONTEIRO; SILVA, 2015).

Ao analisar esta questão, embora as avaliações dos pólos apresentassem a falta de estrutura mínima necessária a formação de profissionais de nível superior, a UESPI mantinha o intuito de ampliar cursos nas demais áreas de saúde embora os cursos de enfermagem já começavam a apresentar os sinais imediatos de precariedade.

Enquanto isso acontecia, a Coordenação Geral dos Cursos de Enfermagem era responsável por coordenar cinco professoras, na cidade de Teresina, que não possuíam vínculo efetivo com a instituição e a estas cabiam o acompanhamento dos alunos para realização dos estágios curriculares com um total de 1.680 horas/estágio distribuídas último ano do curso (UESPI, 2002b). À época, apenas os alunos de Floriano e Parnaíba vinham para Teresina pois eram os cursos mais antigos, portanto, com alunos próximos à colação de grau.

O número irrisório de professores associado a vinculação provisória denotava a deficiência e os problemas iminentes que a Coordenação Geral viria a enfrentar pois a vinda de um número cada vez maior de alunos iria requerer um maior número de professores, como também por se tratarem de profissionais com vinculação provisória, a continuidade da metodologia de ensino era prejudicada quando da troca de professores ao fim do contrato. Tal fato leva prejuízo tanto ao aluno por conta da

descontinuidade quanto para a Coordenação, em decorrência da necessidade imediata de substituição.

Nesse sentido, os problemas identificados pela primeira coordenadora por meio de relatórios encaminhados a Reitoria não foram resolvidos e estenderam-se até a substituição da coordenadora pela professora Adriana da Cunha Menezes Parente que ao assumir o cargo, relata como funcionava os cursos, como visto abaixo

Eu lembro que nos municípios menores nem biblioteca existia e nos municípios que tinham bibliotecas, os livros que tinham eram livros literários, revistas de atualidades. Lembro porque foi algo chocante pois minha realidade era outra. Então, chegar no interior e me deparar com a formação de enfermeiros dessa maneira era extremamente deprimente. Então eu fazia o relatório e entregava e não tinha resolução. (Adriana da Cunha Menezes Parente – Coordenadora Geral dos Cursos de Enfermagem)

A falta de estrutura constatada nos relatos das coordenadoras deriva do fato de que forças políticas ofereciam os cursos sem que providências prévias fossem tomadas antes de firmarem esses acordos. A interferência política na prática da gestão universitária foi denunciada, no entanto o Reitor da UESPI era determinado pelo governador e o grupo que estava no poder (ASSUNÇÃO, 2017).

Dessa forma, aqueles que ocupavam a posição dominante, devido ao poder político, exerceram seu poder, materializando assim um sistema de violência simbólica. Violência simbólica porque ao serem ofertadas as vagas e iniciarem as aulas, tanto alunos como professores aceitaram as condições como imutáveis.

A dominação acontece por meio da violência camuflada, dissimulada e, portanto, simbólica, e sua eficiência será maior quanto menor for a consciência dos agentes nela envolvidos. No sentido de validar o processo de dominação constituído pela violência simbólica, cada formação social utiliza-se dos meios considerados mais eficazes no controle social, na legitimação e na inculcação da cultura dominante e, conseqüentemente, na naturalização do processo, entre eles, a da escola (ALMEIDA, 2005, p. 146).

O Reitor que organizou e favoreceu o pensamento expansionista da UESPI, Prof. Dr. Jônathas de Barros Nunes, foi substituído por questões políticas, no entanto sua sucessora, a Professora Maria do Perpétuo Socorro Cavalcante Barros, manteve a mesma política expansionista. A nova mudança de reitorado com indicação da nova reitora, Prof. Maria Oneide Fialho Rocha, que não compartilhava do mesmo pensamento, iniciou um processo de reestruturação dos pólos. Como visto na fala da coordenadora,

Existiam muitas forças políticas dentro da UESPI, e eu não entendia isso, como a política conseguia movimentar tantas coisas. [...]. A gestão da UESPI tinha mudado, a reitoria, era diferente. Não era a mesma que implantou todos esses *campi* (Adriana da Cunha Menezes Parente – Coordenadora Geral dos Cursos de Enfermagem).

O relato da coordenadora demonstra como as alterações políticas promoveram uma quebra das atividades que estavam em execução, pois no jogo de forças políticas a preocupação com a reestruturação da UESPI não era colocada em primeiro plano. A cada mudança de reitor era realizada uma nova reorganização também na Administração Superior da instituição.

É certo que a orientação da mudança depende do estado do sistema de possibilidades (por exemplo, estilísticas) que são oferecidas pela história e que determinam o que é possível e impossível de fazer ou de pensar em um dado momento do tempo, em um campo determinado; mas não é menos certo que ela depende também dos interesses (frequentemente “desinteressados”, no sentido econômico do termo) que orientam agentes – em função de sua posição no polo dominante ou no polo dominado do campo – em direção as possibilidades mais seguras, mais estabelecidas, ou em direção aos possíveis mais originais entre aqueles que já estão socialmente constituídos, ou até em direção a possibilidades que seja preciso criar do nada (BOURDIEU, 1996, p.63).

O jogo de forças políticas estava tão presente na estrutura organizacional da UESPI que provocou no ano de 2002 a transferência da Coordenação Geral dos Cursos de Enfermagem para o Palácio Pirajá por divergências de pensamento entre a direção da FACIME e a então coordenadora. Segundo, Bourdieu (2008), para que uma ordem seja efetivada, aquele que a profere deve possuir autoridade ou poder, e assim ocorrerá seu cumprimento.

Desse modo, ao impor sua posição o Diretor da FACIME demonstra ser possuidor de capital simbólico acumulado e também possuir uma rede de interligações com a Administração Superior da UESPI.

Após esse episódio ocorreu o afastamento da coordenadora geral, professora Adriana da Cunha Mendes Parente e assumiu o cargo a professora Maria Roseane dos Santos Sousa, no ano de 2003, juntamente com a nova Reitora, professora Maria Oneide Fialho Rocha, que assumiu a reitoria em momento de crise na UESPI, por conta da expansão desordenada da instituição em detrimento a qualidade do ensino (ASSUNÇÃO, 2017).

Ao assumir o cargo de Coordenadora Geral dos Cursos de Enfermagem, a professora Maria Roseane Santos, visitou os municípios que ofertavam cursos de enfermagem para o reconhecimento da situação por orientação da Reitora.

Em seu relatório, a coordenadora menciona que em uma reunião na cidade de Água Branca para discutirem as condições do curso, 15 dos 17 prefeitos que compunham o consórcio desta microrregião compareceram “todos estavam preocupados em manter esse campus em funcionamento porque a oferta de cursos superior ocasionaria um ganho de votos e eles se manteriam no poder”.

“Os que dominam o partido e têm interesses ligados com a existência e a persistência desta instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontra na liberdade, que o monopólio da produção e da imposição dos interesses políticos instituídos lhes deixa, a possibilidade de imporem os seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes” (BOURDIEU, 2011, p.168).

Nessa vertente de análise os prefeitos encontravam-se mobilizados para conservar o que existia (os votos conseguidos para si e seus aliados) para tal buscavam apoio mutuo para manter a hegemonia no campo, como visto na FIGURA 5.

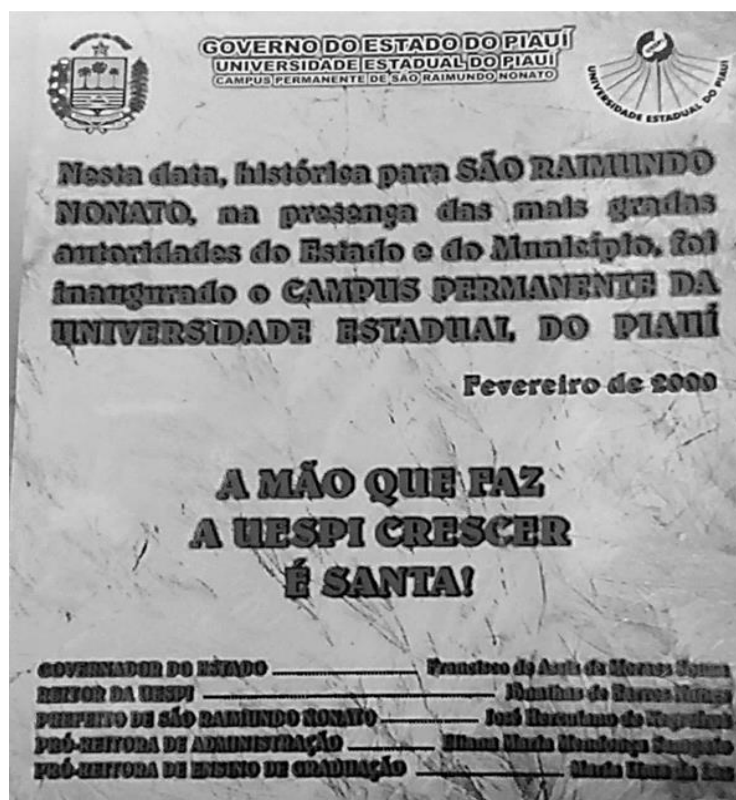


Figura 5 – Placa de inauguração do *campus* da UESPI na cidade de São Raimundo Nonato – Piauí.

FONTE: Assessoria de Comunicação da Universidade Estadual do Piauí. 2018.

O desenvolvimento precário das atividades educacionais que priorizava a quantidade em detrimento da qualidade foi um dos desafios da então reitora, Professora Maria Oneide Fialho Rocha, no intuito de promover a reestruturação da instituição (ASSUNÇÃO, 2017).

A coordenadora geral dos cursos, Professora Maria Roseane dos Santos Sousa, reforça a falta de estrutura dos municípios ao destacar que no pólo de Água Branca “não tinha um bebedouro! Os alunos levavam garrafas ‘pet’ com água para poder beber na escola. Só havia um laboratório de informática e os computadores estavam com defeito. Não tinha uma impressora! Não tinha toner!”.

No entanto, não apenas a questão estrutural era um obstáculo para a oferta dos cursos de enfermagem nesses municípios, outros problemas também apresentaram-se como fator de inviabilidade na oferta destes, a falta de professores para ministrarem as aulas e a falta de estrutura para prática das disciplinas básicas. Somando-se a estes fatores a carência de material didático.

A disciplina de anatomia, histologia tudo foi dado de improviso. Na disciplina de anatomia, os alunos conseguiram um atlas, mas para histologia, a própria professora tirava algumas cópias coloridas para os alunos estudarem. Era difícil porque o recurso que tínhamos era o retroprojetor. Quando ia ministrar as aulas e o material de apoio não tinha qualidade era necessário reproduzir o material e quem arcava com as despesas era o professor (Maria Amélia Oliveira Costa – Coordenadora Geral).

A professora Maria Amélia atuou como docente no curso ofertado no município de Barras antes de ser convidada a auxiliar na Coordenação Geral. O fato de ter participado no início das aulas neste município favoreceu a compreensão da necessidade de mobilizações para que se formasse profissionais de qualidade.

A professora Maria Roseane reforça que além da estrutura física dos locais onde as aulas eram ministradas, a seleção de professores foi um problema delicado para a coordenação pois,

Fizemos uma seleção para Água Branca e conseguimos formar duas bancas mas o número de inscrito não era suficiente. Os professores se inscreviam para a seleção mas quando viam o salário irrisório e que o valor que receberia seria gasto todo em deslocamento, ele desistia. No dia da prova didática, íamos para lá com os professores para a banca, mas os candidatos não compareciam. Essa situação era desesperadora porque acabaríamos sem professor e os alunos ficariam sem aula o que acarretaria em perder o semestre (Maria Roseane dos Santos Sousa – Coordenadora Geral).

Nessas condições, destaca-se o conceito de campo, de acordo com Bourdieu, todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004b, p. 22-23). O funcionamento do campo obedece uma estrutura de relações e a posição que cada agente ocupa nesse campo determina sua tomada de posição e que para cada um dos agentes mantenham-se dentro do campo é necessário a existência de um jogo no qual se objetiva adquirir capital.

Embora do conhecimento da reitoria as condições desfavoráveis nas quais o ensino de enfermagem era desenvolvido, a ausência de repostas às inquietações de docentes e discentes provocava sentimentos de angústia e incertezas quanto ao processo de formação. Essa angustia era compartilhada também pelos docentes e coordenadores que sentiam-se incapazes de desempenhar um ensino de qualidade. O egresso Fábio Rodrigues Trindade relata que muitas vezes se perguntou: “Meu Deus, como seremos enfermeiros estudando nessa precariedade?”.

A dificuldade na contratação de professores acarretou no cancelamento da oferta de disciplinas básicas e conseqüentemente na perda do semestre letivo para algumas turmas.

A minha turma foi a primeira, no entanto tivemos problemas e acabamos por perder um período. Na época como estávamos em Barras e havia dificuldade de professores, pois a maioria deles eram de Teresina, então acabamos por nos formar com um período de atraso (Eliel dos Santos Pereira – egresso de Barras).

Nesse cenário, ao balizar-se no conceito de *habitus*, Schenato (2011) explica que os agentes, “não são inteiramente obedientes às estruturas, também não são inteiramente livres delas, não há como alguém criar algo totalmente novo, ou fazer o que quiser sem levar em conta os condicionamentos sociais e históricos” (p.35).

Desse modo, embora os alunos estivessem ligados à hierarquia da instituição, a carência de estrutura de suporte educacional motivou ao discentes a mobilizar-se e buscar apoio junto a coordenação para juntos elaborarem estratégias que viabilizassem o processo de formação. Para isso, foram organizados horários alternativos e além a vinda para Teresina como forma de agregar conhecimentos.

Eram programadas aulas aos sábados em Teresina e assim usávamos o laboratório de anatomia da FACIME. Os custos oriundos da viagem eram arcados pelos alunos. Fomos buscar condições de aprendizado. A luta toda foi iniciada pelos alunos (Eliel dos Santos Pereira – egresso de Barras).

Às vezes, os nossos alunos do interior vinham fazer as práticas das disciplinas na Universidade. Negociávamos com o professor para que ele recebesse nos alunos aos sábados. Foi uma das formas de contemplar a disciplina de Farmacologia (Maria Roseane dos Santos Sousa – Coordenadora Geral).

As dificuldades observadas pela professora Maria Roseane Santos não se restringiam apenas aos cursos dos municípios de Água Branca, Barras e Campo Maior, mas aos *campi* de Floriano e Parnaíba que desenvolviam o curso de Enfermagem desde 1998 e também apresentavam problemas estruturais, o que inviabilizava o reconhecimento do curso de enfermagem nesses dois *campi*.

No entanto, curso de enfermagem do *campus* de Parnaíba foi o primeiro a ter condições de reconhecimento que ocorreu com o parecer CEE/PI nº. 061/2003 de 28 de maio de 2003 (PIAUÍ, 2003). O processo de reconhecimento do curso de enfermagem no *campus* de Floriano necessitou de empenho da coordenação e apoio da reitoria. A coordenadora geral recorda que

Para reconhecer o curso ocorreu mobilização, tanto por parte da coordenação geral quanto local, como também da Reitoria, pois foi necessário acionar a parte de engenharia, para ajustar as especificações [...] quanto aos laboratórios, quando eu fui olhar a documentação, o *campus* não possuía a estrutura que configura-se um laboratório. O prédio no qual funcionava o curso de enfermagem era alugado e não havia como comportar todas as exigências. Para fazer esses ajustes contei com a orientação de professores da Universidade Federal do Piauí, aqui em Teresina. (Maria Roseane dos Santos Sousa – Coordenadora Geral dos Cursos de Enfermagem)

Ao receber o relatório negando o reconhecimento do curso, a coordenadora dos cursos de enfermagem buscou estratégias para que a UESPI adequasse a estrutura do *campus* para uma nova avaliação. Uma das dificuldades enfrentadas pela Universidade para resolver as pendências detectadas estava relacionada a falta de autonomia financeira da UESPI, uma questão que até hoje não foi resolvida (ASSUNÇÃO, 2017).

No entanto, o não reconhecimento do curso da UESPI no *campus* de Floriano gerou uma situação embaraçosa para a coordenadora pois os alunos haviam concluíram o curso no ano de 2003, no entanto, a situação irregular deste inviabilizou

o recebimento da carteira profissional e, por conseguinte impossibilitava a permanência no mercado de trabalho.

A mobilização dos alunos do *campus* de Floriano ultrapassou os muros da UESPI, pois buscaram resposta para situação no Conselho Regional de Enfermagem, Seção Piauí (COREN-PI) como consta em ata do referido conselho. Neste sentido o COREN-PI discutiu em duas reuniões ordinárias os problemas identificados com a oferta de cursos de enfermagem pela UESPI. Na Ata nº 335 de 03 de outubro de 2002 página 83, observa-se o diagnóstico situacional dos cursos de enfermagem das cidades de Parnaíba, Picos e Floriano e ressalta que o Conselho divulgará nota de repúdio sobre os cursos de enfermagem ofertados sem qualidade.

A mobilização dos egressos da UESPI do *campus* de Floriano, encontra-se também registrada no Livro de Atas do COREN-PI na ata nº 355 de 09 de junho de 2004 páginas 111 e 112 cujo assunto diz respeito a reunião na Procuradoria Geral de Justiça do Estado, em que contou com a participação de membros da Coordenação de Defesa da Saúde, Reitora da UESPI, da Coordenadora Geral dos Cursos de Enfermagem da UESPI, da Coordenadora do Curso de Enfermagem do *campus* de Floriano, de membros do Centro Acadêmico de Enfermagem da UESPI, presidente do COREN-PI, professoras da UFPI que participaram da avaliação do curso de Floriano e membros da Procuradoria que

Considerando a situação calamitosa do curso de enfermagem do *campus* de Floriano, resolveram assinar termo de compromisso quanto à melhoria na estrutura física das salas e aquisição de equipamentos e materiais para a instituição funcionar de maneira digna, o compromisso terá prazo de 120 dias para cumprimento (COREN-PI, 2004).

Após essa audiência a UESPI, empreendeu modificações na estrutura do *campus* como também a aquisição de materiais para o funcionamento do curso de enfermagem na cidade de Floriano e em janeiro de 2005 ocorreu o reconhecimento do Curso de Bacharelado em Floriano, por cinco anos, por meio do Decreto nº 11623, de 27 de janeiro de 2005 (PIAÚÍ, 2005).

O posicionamento do COREN-PI no referente a UESPI e sua falta de estrutura ocorreu tardiamente, pois quando da criação de cursos de enfermagem no interior do Estado de forma a responder a interesses dominantes, políticos e coligações partidárias, este assunto não foi objeto de questionamento por organizações de

classe. Dessa forma os órgãos associativos e deliberativos de enfermagem não se posicionaram a essa oferta, o colaborador, hoje professor universitário, questiona

Esse comportamento da UESPI, hoje me causa estranheza ao observar como a criação desses cursos ocorreu de forma pacífica. Como os órgãos fiscalizadores deixaram isso acontecer? Não se aperceberam da magnitude que uma ação dessa poderia provocar no contexto educacional (Fábio Rodrigues Trindade – egresso de Água Branca)

Os primeiros registros de um órgão se posicionando sobre as condições precárias de ensino fornecidas pela UESPI estão registradas na ata nº 335 de 03 de outubro de 2002 página 83 que além de lançar uma nota de repúdio sobre as condições nas quais os cursos eram ofertados e posicionando-se contra a oferta de vagas no processo vestibular daquele ano (COREN-PI, 2004), no entanto não existem nenhum outro registro anterior citando as condições precárias nos quais os cursos de enfermagem eram ofertados pela UESPI, como também sobre a abertura de cursos sem uma avaliação prévia.

Deste modo, o início das aulas nesses municípios revelou a inviabilidade da continuação dos cursos de Enfermagem por carência de estrutura física, material e de pessoal. Assim, a expansão ocorrida na UESPI aconteceu de forma precipitada e, por esta razão, a necessidade de se pensar em novas estratégias para promover uma educação de qualidade (NÓBREGA, 2017).

PÁGINAS SUPRIMIDAS

53 - 100